

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2004
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Em 2004, com muito trabalho, otimismo e confiança conseguimos superar as dificuldades pelas quais passou a Companhia e o setor elétrico brasileiro que ainda sofreu com os resquícios do racionamento de energia elétrica e com as incertezas do modelo institucional que então regulava o mercado. Acreditando no país e mantendo o Programa de Gestão Estratégica implantado em 2002 nas empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, pelo segundo ano consecutivo todas as controladas, distribuidoras e geradoras de energia elétrica da Cataguazes-Leopoldina obtiveram lucro no exercício.

Foi com objetivos bastante claros como a redução dos níveis de perdas técnicas e comerciais de energia, racionalização dos investimentos através de um programa de capital ótimo, manutenção da qualidade e confiabilidade da energia distribuída e a ampliação do sistema elétrico para melhor atender ao crescimento do mercado consumidor, que conseguimos transpor os desafios enfrentados em 2004. A despeito do desempenho positivo das controladas no exercício, a Cataguazes-Leopoldina registrou, em 2004, um resultado consolidado negativo de R\$18,6 milhões, que reflete cerca de R\$50,7 milhões em provisões para diversas contingências, entre elas a de natureza regulatória, e uma política mais rígida de provisão para devedores duvidosos. Nada obstante, serão destinados R\$16,7 milhões aos acionistas da Cataguazes-Leopoldina na forma de dividendos, com aproveitamento de reservas anteriormente constituídas.

Ainda seguindo o que foi traçado no seu planejamento estratégico, a Cataguazes-Leopoldina assinou contrato de Promessa de Compra e Venda de Ações de Emissão da Cat-Leo Energia, detentora de seis PCHs, que totalizam 76,1 MW, pelo valor aproximado de R\$250 milhões, sendo R\$158 milhões atribuídos ao valor de alienação das ações, sujeito aos ajustes usuais de variação patrimonial verificados até a data da liquidação financeira do negócio, que se estima ocorrer até 28 de abril de 2005, e R\$92 milhões em transferência de dívidas contraídas por essas usinas junto ao BNDES.

Empenhados em melhor servir aos nossos consumidores, uma vez mais fomos agraciados com o Prêmio Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, confirmando os permanentes avanços da gestão do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Na edição 2004 da premiação, promovida anualmente pela entidade, ganhamos quatro das cinco categorias em que concorriamos. A Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) recebeu dois prêmios: Responsabilidade Social e Qualidade da Gestão, ambos para distribuidoras com até 400 mil consumidores. A Empresa Energética de Sergipe, Energipe, recebeu o prêmio de Melhor Distribuidora da região Nordeste. Já a Saelpa, Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, conquistou o prêmio de melhor Qualidade da Gestão para distribuidoras com mais de 400 mil consumidores.

Cabe ao final, uma palavra de reconhecimento ao dedicado trabalho de mais de 4.000 funcionários que integram o Sistema Cataguazes-Leopoldina, sempre alinhados com os elevados objetivos das nossas empresas. Aos acionistas, autoridades, clientes e fornecedores, reiteramos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança. Não poderíamos também deixar de lembrar que no ano que agora se inicia, 2005, comemoramos o centenário de fundação da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina. E que venham os próximos 100 anos.

Cataguazes, março de 2005

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

A seguir, apresentamos a sua apreciação os fatos e eventos marcantes de 2004, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes.

1. Mercado de energia e receita operacional bruta

Em 2004, as vendas totais consolidadas (6.500 GWh) de energia elétrica da Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) e de suas controladas CENF, Energipe, CELB, Saelpa, Cat-Leo Energia e UTE de Juiz de Fora registraram um aumento de 0,3% em relação ao volume vendido em 2003 (6.482 GWh). Tal desempenho deve-se fundamentalmente das negociações de energia na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, uma vez que as vendas de energia no mercado próprio das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina mostraram uma redução de 3,2% (1,4% na área de concessão da controladora CFLCL). Essa redução decorre da perda de seis consumidores livres (impacto de 477 GWh), sendo um da área de concessão da CFLCL, três da controlada indireta Energipe e dois da controlada indireta Saelpa, que, entretanto, passaram a faturar desses consumidores os encargos de uso do sistema de distribuição, tornando pouco relevantes os impactos financeiros decorrentes da perda desses consumidores.

Ressalte-se também que considerando no balanço energético da CFLCL a energia demandada em 2004 pelos referidos consumidores livres, o consumo consolidado de energia elétrica nas áreas de concessão das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina passa a refletir um aumento de 4,4% no ano.

Dentre as classes, merece destaque o consumo do setor residencial e comercial, de maior valor agregado:

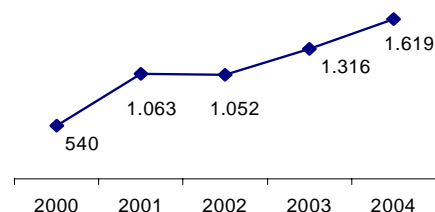
- o consumo residencial (1.757 GWh no consolidado e 296 GWh na controladora CFLCL) que apresentou um crescimento anual consolidado de 3,0% (0,3% menor na controladora CFLCL) em relação a 2003, graças, principalmente, ao consumo residencial no Nordeste, especificamente das controladas Energipe (+ 6,0%), CELB (+ 3,2%) e Saelpa (+ 3,1%), o que demonstra uma recuperação de mercado, após o racionamento, mais acentuada em relação às vendas ao setor residencial nas áreas de concessão da CFLCL (- 0,3%) e CENF (- 0,7%), atuantes no Sudeste;
- a classe comercial que registrou um consumo consolidado de 877 GWh (132 GWh na controladora CFLCL), aumentou a demanda em 2,2% (0,1% maior na controladora CFLCL) em relação a 2003;

A Receita Operacional Bruta Consolidada da Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) atingiu R\$1.619.147 mil em 2004, ou seja, superior 23,0% em relação à receita obtida em 2003. Por distribuidora e geradora de energia elétrica do Sistema Cataguazes-Leopoldina, esse crescimento de receita assim se apresenta:

<u>Empresa</u>	<u>Receita Operacional Bruta (R\$ mil)</u>	<u>Variação % (*)</u>
CFLCL	333.131	+ 22,4
CENF	93.393	+ 29,8
Energipe	470.080	+ 17,9
CELB	107.497	+ 20,7
Saelpa	571.624	+ 24,4
Cat-Leo Energia	39.750	+ 163,3
Usina Termelétrica de Juiz de Fora	103.127	- 1,6
CFLCL Consolidada	1.619.147	+ 23,0

(*) Em relação a 2003

Evolução da Receita Operacional Consolidada da CFLCL nos últimos 5 anos (R\$ milhões)



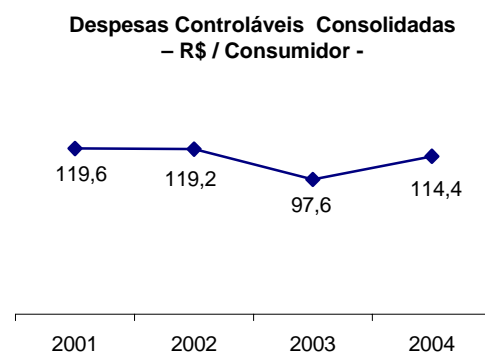
A seguir, os aumentos de tarifas das distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina verificados em 2004 e seus respectivos inícios de vigência: CELB (18,4% - 04/02/2004); Energipe (14,0% - 22/04/2004); CFLCL (17,0% - 18/06/2004); CENF (21,6% - 18/06/2004) e Saelpa (11,0% - 28/08/2004).

2. Despesas controláveis e geração de caixa

A CFLCL e suas controladas vêm comprometendo-se em otimizar seus desempenhos operacionais, redobrando esforços para reduzir seus custos operacionais controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros), sem perder de vista a qualidade no fornecimento de energia aos consumidores. Nessa linha, os custos controláveis consolidados por consumidor em 2004, embora maiores em relação aos de 2003, encontram-se abaixo dos montantes registrados em 2002 (- 4,0%) e 2001 (- 4,3%), a preços de dezembro de 2004.

Despesas Controláveis por Consumidor (R\$)						
Ano	CFLCL	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Consolidada
2004	156,8	148,7	125,9	96,3	89,3	114,4
2003	139,4	150,5	107,9	96,0	77,7	97,6
2002	151,2	165,6	131,1	115,5	101,6	119,2
2001	159,0	178,5	130,2	125,0	103,1	119,6

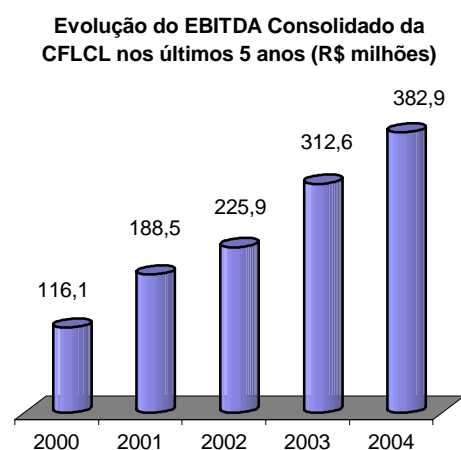
Obs.: Valores a preços de 2004, corrigidos pelo IPCA



Como resultado desse esforço, em 2004 a geração operacional de caixa consolidada, medida pelo EBITDA ajustado, foi 22,5% maior em relação a de 2003, totalizando R\$382.930 mil (R\$62.348 mil na controladora CFLCL), o que representa uma margem consolidada de EBITDA (geração operacional de caixa por receita operacional líquida) de 32,3%, ou seja, superior em 1,0 ponto percentual a de 2003.

A seguir, evolução das gerações de caixa (EBITDA) das distribuidoras e geradoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina:

Empresa	2004	2003
CFLCL	62.348	66.726
CENF	12.133	5.524
Energipe	125.229	98.135
CELB	19.902	11.930
Saelpa	109.932	92.178
Cat-Leo Energia	27.888	12.495
Usina Termelétrica de Juiz de Fora	43.497	46.799
EBITDA Consolidado	382.930	312.589
Margem de EBITDA Consolidada (%)	32,3	31,3



EBITDA ajustado = Resultado das Atividades + Depreciação + Receitas de Multas +/- Provisões

3. Resultado da equivalência patrimonial nas controladas

Em face do desempenho operacional das controladas de geração de energia elétrica, Cat-Leo Energia e Usina Termelétrica de Juiz de Fora (controlada em conjunto), e de distribuição CENF, Energipe, CELB e Saelpa, a Cataguazes-Leopoldina contabilizou em 2004 um ganho por equivalência patrimonial nas suas controladas, diretas e indiretas, de R\$37.099 mil, ou seja, 16,5% maior em relação ao obtido em 2003, de R\$31.857 mil. A seguir, a demonstração desse resultado por empresa:

Resultado de Equivalência Patrimonial (Em R\$ mil)

Empresa	Lucro Líquido (Prejuízo)		Equivalência Patrimonial	
	2004	2003	2004	2003
Energisa (*)	17.974	17.588	9.000	8.806
CENF	5.139	1.654	3.056	984
Cat-Leo Energia	23.809	21.776	23.926	21.776
Cat-Leo, Construções, Ind. e Serviços de Energia (**)	1.241	-	1.241	-
Outras	(236)	187	(124)	291
Total	-	-	37.099	31.857

(*) Controladora direta da Energipe e indireta da CELB e Saelpa.

(**) Atual controladora da Usina Termelétrica de Juiz de Fora

4. Provisões afetaram o resultado

A despeito do desempenho positivo das controladas no exercício, a Cataguazes-Leopoldina registrou, em 2004, um prejuízo consolidado de R\$18.618 mil (R\$20.048 mil na controladora). Esse resultado está afetado por despesas extraordinárias no montante consolidado de R\$50.705 mil, com destaque para o aumento das provisões para contingências e devedores duvidosos que totalizaram R\$33.184 mil no exercício (R\$195 mil de reversão em 2003, no consolidado):

Provisões e perdas extraordinárias constituídas em 2004

Valores em R\$ mil

Descrição	Controladora	Consolidado
1) Provisão para devedores duvidosos e contingências diversas	4.113	33.184
2) Provisão para ajuste de diferença no cálculo de subvenção baixa renda (Resolução Aneel nº 89)	120	4.366
3) Perdas extraordinárias em processos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	3.520
4) Baixa de investimentos (Telecabo e MCL Cabo)	2.858	2.858
5) Provisão para perda de recursos bloqueados em instituição sob intervenção do Banco Central	-	5.206
6) Provisão para perda de ativo regulatório do racionamento (RTE)	-	1.571
Total	7.091	50.705

Indicadores Operacionais e de Desempenho das Distribuidoras e Geradoras de Energia Elétrica e Consolidado, em 2004

<u>Valores em R\$ mil</u>	<u>CFLCL</u>	<u>CENF</u>	<u>Energipe</u>	<u>CELB</u>	<u>Saelpa</u>	<u>Cat-Leo Energia</u>	<u>UTEJF</u>	<u>Consolidado</u>
Área de Concessão (Km ²)	16.331	1.000	17.419	1.789	54.595	-	-	91.134
Nº de Consumidores	306.256	81.276	451.836	135.334	863.795	-	-	1.838.496
Nº de Empregados	699	84	815	210	1.630	-	13	4.009
Vendas - Mercado Próprio (GWh)	949	280	1.633	544	2.294	-	-	5.700
Crescimento das Vendas - Mercado Próprio (%)	- 1,4	1,4	- 12,1	3,8	1,1	-	-	- 3,2
Suprimento de Energia (GWh)	115	42	269	8	98	279	-	793
Geração Própria de Energia (GWh)	241	58	-	-	-	240	32	571
Perdas de Energia do Sistema Próprio (%)	9,8	8,5	12,0	8,7	20,4	-	-	14,5
DEC	9,45	14,47	13,70	18,96	38,14	-	-	-
FEC	8,59	11,20	10,46	11,90	14,14	-	-	-
Receita Operacional Bruta	333.131	93.393	470.080	107.497	571.624	39.750	103.127	1.619.147
Receita Operacional Líquida	241.561	62.746	343.316	82.053	420.254	38.156	93.984	1.186.387
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(93.515)	331	(69.919)	(7.445)	(24.911)	(5.496)	(8.009)	(198.954)
Resultado dos Serviços de Energia	40.001	7.775	99.815	10.899	54.672	24.480	37.811	257.736
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	(20.048)	5.139	17.578	2.996	20.886	23.809	19.692	(18.618)
Geração de Recursos – EBITDA	62.348	12.133	125.229	19.902	109.932	27.888	43.497	382.930
EBITDA / Receita Líquida (%)	25,8	19,3	36,5	24,3	26,2	73,1	46,3	32,3

5. Dividendos de R\$0,2092 e de R\$ 0,1255 por mil ações preferenciais “A” e “B”, respectivamente.

Em face da conferência às ações preferenciais do direito de dividendos cumulativos, serão atribuídos aos acionistas dividendos mínimos e fixos para as ações preferenciais classe “A” e classe “B”, respectivamente, à razão de R\$0,2092 por lote de mil ações preferenciais classe “A” e de R\$0,1255 por lote de mil ações preferenciais classe “B”, equivalentes a R\$16.723 mil, às contas de reservas constituídas anteriormente. Desse montante, apenas 31,7% (R\$5.296 mil) serão efetivamente distribuídos a curto prazo, haja vista compromissos contratuais assumidos pelos acionistas signatários do “Acordo de Acionistas” em favor dos terceiros debenturistas e da subordinação à escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia.

6. Investimentos

Em 2004, a CFLCL e suas controladas investiram R\$192.341 mil na ampliação e manutenção dos seus sistemas elétricos (R\$193.525 mil em 2003), dos quais R\$69.151 mil em geração de energia elétrica, com destaque para as obras da PCH Ivan Botelho III, concluída em dezembro de 2004.

Investimentos realizados

<u>Valores em R\$ mil</u>	<u>CFLCL (*)</u>	<u>CENF</u>	<u>Energipe</u>	<u>CELB</u>	<u>Saelpa</u>	<u>Total</u>
. Geração	69.053	15	83	-	-	69.151
. Transmissão e Distribuição	12.306	5.047	20.535	5.643	68.907	112.438
. Outros	6.026	206	3.411	527	582	10.752
Total	87.385	5.268	24.029	6.170	69.489	192.341

(*) Incluem investimentos da Cat-Leo Energia S/A (R\$66.360 mil), Cat-Leo Construções (R\$542 mil) e da Usina Termelétrica de Juiz de Fora (R\$108 mil).

Perdas de energia e inadimplência de consumidores: as distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina vêm adotando, desde 2001, um plano abrangente para redução das perdas comerciais/técnicas e inadimplência dos consumidores, decorrente de campanhas de estímulo à adimplência, além da adoção de novas estratégias de cobrança para recuperar créditos e negociar débitos históricos. As ações empreendidas nessa direção, com base nas diretrizes emanadas do Modelo de Sistema de Gestão, surtiram efeitos importantes em 2004. O índice consolidado de inadimplência dos consumidores do Sistema Cataguazes-Leopoldina reduziu-se em 12,6% em 2004 com relação ao de 2003. Quanto às perdas consolidadas de energia, foi alcançada uma redução de 2,3% vis-à-vis às perdas registradas em 2003. Observa-se que, das cinco distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina, apenas a Saelpa opera com perdas superiores a 12%. Importante recordar que a Saelpa foi privatizada em dezembro de 2000, quando operava com perdas de cerca de 35%.

Empresa	Perdas de Energia (%)		Inadimplência (%)	
	2004	2003	2004	2003
CFLCL	9,78	10,44	3,67	2,77
CELB	8,71	8,94	3,33	4,06
Saelpa	20,39	20,65	5,67	7,59
Energipe	11,99	12,15	2,93	2,74
CENF	8,54	7,84	2,10	4,26
Consolidado	14,51	14,85	4,09	4,68

7. Cisão da Cat-Leo Energia e alienação de ativos

Em 30 de dezembro de 2004, a CFLCL assinou com a Brascan Energética, contrato de Promessa de Compra e Venda de Ações de Emissão da Cat-Leo Energia. Tal contrato prevê a implementação da cisão da Cat-Leo Energia S/A, de modo que remanesceram em seu patrimônio as suas seis pequenas centrais hidrelétricas, que totalizam 76,1 MW, e os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contraídos para construção dessas PCHs, além de outros elementos vinculados a elas, objeto do contrato.

Com a cisão, aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 23/12/2004, os demais ativos e passivos que compunham o patrimônio da Cat-Leo Energia passaram a integrar o patrimônio da Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S/A, controlada pela CFLCL.

A referida transação resultará na transferência do financiamento junto ao BNDES no valor aproximado de R\$92 milhões e um crédito para a CFLCL de cerca de R\$158 milhões, quando da liquidação da operação que se estima ocorrer até 28 de abril de 2005.

Em janeiro de 2005, a Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI proferiu decisão em procedimento arbitral determinando que a Cat-Leo Energia adquira a participação de 50% do capital total da UTEJF de titularidade da Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda pelo valor histórico aproximado de R\$18.300 mil, conforme capital subscrito e integralizado entre dezembro de 2000 e outubro de 2002, com juros e correção monetária. A Administração da Cat-Leo Energia não concorda com os termos e cálculos do laudo e recorreu da decisão arbitral, estando também analisando as medidas cabíveis para reformar essa decisão.

8. Plano estratégico de melhoria do perfil da dívida

As agências de rating melhoraram a percepção de risco do Sistema Cataguazes-Leopoldina. A Sr Rating reviu o rating corporativo do Sistema Cataguazes-Leopoldina, concedendo *upgrade* para “brA-“ e a Standard & Poor’s ratificou, em setembro de 2004, o rating de crédito corporativo em “brBBB+”.

Embora os citados fatos tenham contribuído para a gradual redução dos *spreads* das dívidas, a administração está empenhada em melhorar o perfil do endividamento consolidado da Cataguazes-

Leopoldina, buscando instrumentos que permitam reduzir os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil, o que, juntamente com a geração de recursos de suas operações, deverão ser suficientes para adequar a sua liquidez, reduzindo substancialmente as necessidades de refinanciamentos dos seus passivos. Para tanto, em dezembro de 2004, a CFLCL assinou com a Brascan Energética a operação de alienação da Cat-Leo Energia, citada anteriormente, e está lançando um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), com duração de 20 anos e com garantia de créditos recebíveis das cinco distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina (CFLCL, CENF, Energipe, CELB e Saelpa). A primeira emissão do fundo deverá ser no valor de R\$240 milhões, sendo R\$210 milhões em cotas seniores e R\$30 milhões em cotas subordinadas, para um prazo de 36 meses, com seis meses de carência, e remuneração máxima de 109% do CDI que será definida em processo de “book building”.

A seguir, a estrutura de capital da controladora CFLCL e consolidada em 31 de dezembro de 2004 e 2003:

Descrição	Controladora		Consolidada	
	2004	2003	2004	2003
Endividamento Oneroso Líquido (*) – R\$ mil	363.912	358.235	1.084.996	1.039.186
Patrimônio Líquido + Participação Minoritária – R\$ mil	307.675	344.038	802.471	810.055
Ativo Total (R\$ mil)	977.978	972.669	2.977.121	2.928.098
Resultado Financeiro – R\$ mil (**)	(97.337)	(110.120)	(230.797)	(207.176)
EBITDA - R\$ mil	62.348	66.726	382.930	312.589
Endividamento Oneroso Líquido / EBITDA	5,8	5,4	2,8	3,3
Endividamento Oneroso Líquido / Ativo Total (%)	37,2	36,8	36,4	35,5
EBITDA / Resultado Financeiro	0,6	0,6	1,7	1,5

(*) Endividamento Oneroso Líquido = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures + Encargos de Dívidas – Ativo Regulatório - CVA – Saldo de Caixa

(**) Resultado Financeiro exclui receita de multas

9. Atuação da CFLCL na comunidade e preservação do meio ambiente

Pelo segundo ano consecutivo o trabalho de responsabilidade social da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, desenvolvido através da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, recebe o reconhecimento da sociedade. A empresa obteve novamente em 2004 a mais importante premiação do setor elétrico brasileiro, o Prêmio Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – que apontou a CFLCL como a melhor empresa em responsabilidade social. Uma distinção honrosa para uma empresa que sempre implementou ações de cunho cultural e educacional, principalmente através do programa Café com Pão Arte Confusão, que atende em Cataguases a quase 1.000 crianças carentes com aulas de diferentes manifestações culturais.

No Museu Chácara Dona Catarina, em Cataguases, foi inaugurado o I Salão Cataguazes-Usiminas de Artes Visuais, que reuniu obras de 30 artistas plásticos de Minas Gerais e da Paraíba. Ainda em Cataguases, foi lançado em 2004 o I Cineport – I Festival de Cinema da Língua Portuguesa – que será realizado em 2005, reunindo representantes da filmografia dos países de língua portuguesa.

A conservação das suas RPPNs - Reservas Particulares do Patrimônio Natural e os programas de reflorestamento no entorno das Pequenas Centrais Hidrelétricas foram os destaques na área ambiental.

A seguir, informações relativas ao desempenho econômico-social da controladora CFLCL:

Balanco Social da CFLCL

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2004	2003
1.1 - Receita Operacional Líquida	241.561	201.660
1.2 - Resultado Operacional (exclui R\$13 em 2004 e R\$1.168 em 2003, referentes a juros sobre capital próprio recebidos)	(17.322)	(30.146)
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	21.870	22.691
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	2.490	2.280
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	5.444	5.411
2.3 - Previdência Privada	337	357
2.4 - Saúde	877	817
2.5 - Educação	359	211
2.6 - Participação nos lucros	-	-
2.7 - Outros Benefícios	621	471
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	10.128	9.547
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	92.639	72.536
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	1.732	2.037
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	172	106
3.4 - Programa Luz no Campo	-	252
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	1.649	1.319
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	96.192	76.250
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	699	703
4.2 - N° de admissões durante o período	36	25

10. Desempenho das ações na Bovespa

Em 2004, as ações preferenciais classe "A" da CFLCL, de maior liquidez, apresentaram uma lucratividade de 34,5% na Bolsa de Valores de São Paulo, ante uma valorização de 5,6% do IEE – Índice Setorial de Energia elétrica. Ao final do ano, as ações preferenciais classe "A" da CFLCL foram cotadas a R\$1,70 por lote de mil ações, ante o seu valor patrimonial de R\$2,35.

11. Atendimento à Instrução CVM nº 381

A CFLCL e suas controladas passaram a utilizar os serviços de Auditoria Independente da Deloitte Touche Tohmatsu, a partir de 2002, não tendo contratado em 2004 e 2003 nenhum outro serviço senão de auditoria das suas demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003
(em milhares de reais)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	333.131	272.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.345)	(3.374)
Resultado não operacional	(2.726)	45.474
Insumos:		
Custo da energia comprada	102.293	77.753
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	10.956	4.851
Serviços de Terceiros	17.508	9.712
Conta de Consumo de Combustível - CCC	8.265	7.861
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.929	2.307
Materiais	4.031	3.297
Outros custos operacionais	6.385	4.248
	<u>155.367</u>	<u>110.029</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>170.693</u>	<u>204.272</u>
Quotas de reintegrações	14.412	13.593
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>156.281</u>	<u>190.679</u>
4- VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Equivalência patrimonial	37.099	31.857
Amortização de ágio	(894)	(273)
Receitas financeiras	7.442	10.888
5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>199.928</u>	<u>233.151</u>
6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	23.210	22.351
Entidade de Previdência Privada	337	357
Governo		
INSS	2.948	2.883
ICMS	62.232	53.529
PIS e Cofins	25.314	14.507
RGR – Reserva Global de Reversão	3.807	3.751
Outros	5.093	4.500
Financiadores		
Juros	96.094	114.440
Aluguéis	941	1.505
Acionistas		
Lucros (prejuízo)	(20.048)	15.328
	<u>199.928</u>	<u>233.151</u>

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003
(em milhares de reais)

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Atividades Operacionais		
(+) Recebimento de clientes	319.012	343.368
(+) Outros recebimentos	11.780	2.955
(-) Fornecedores	153.577	85.854
(-) Salários e Encargos Sociais	29.941	27.344
(-) Tributos e contribuições sociais	110.529	86.732
(-) Outras Despesas	8.801	8.280
(=) Disponibilidades líquidas geradas atividades operacionais	27.944	138.113
Atividades de Investimentos		
(+) Aumento de Capital	-	20.000
(+) Dividendos Recebidos	137	96
(+) Alienação de Investimentos	79.957	-
(-) Dividendos pagos	40	6.701
(-) Aquisição de Imobilizado	16.251	11.692
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	63.803	1.703
Atividades de Empréstimos e Financiamentos		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos	112.950	66.000
(-) Serviço da Dívida:	182.327	223.793
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	(69.377)	(157.793)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	22.370	(17.978)
Saldo de caixa no início do exercício	3.963	21.941
Saldo de caixa no final do exercício	26.333	3.963

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Disponibilidades	3.362	2.548	27.313	28.771
Aplicações no mercado aberto	22.971	1.415	57.591	31.317
Consumidores e concessionárias	45.516	38.420	292.699	258.195
Títulos de créditos a receber	3.524	5.374	78.639	61.763
Créditos renegociados	-	-	7.904	7.810
Recomposição tarifária extraordinária	-	5.143	49.439	49.787
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.872)	(6.757)	(75.851)	(57.336)
Estoques	310	327	2.506	2.479
Depósitos judiciais	-	6.701	-	6.701
Devedores diversos	10.481	85.539	22.645	98.276
Impostos a recuperar	8.680	8.519	46.291	53.958
Despesas pagas antecipadamente	11.735	7.182	48.012	23.508
	<u>96.707</u>	<u>154.411</u>	<u>557.188</u>	<u>565.229</u>
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	75.845	103.883
Consumidores e concessionárias	12.061	16.730	35.448	35.833
Títulos de créditos a receber	7.749	6.229	37.508	35.532
Créditos renegociados	-	-	59.963	63.248
Controladas e partes relacionadas	44.223	93.267	-	-
Crédito a receber de gás combustível	-	-	22.154	14.228
Impostos a recuperar	1.832	928	14.857	13.002
Créditos tributários	40.006	40.006	180.156	182.375
Cauções e depósitos vinculados	499	474	60.233	39.383
Despesas pagas antecipadamente	15.673	10.124	38.914	15.017
Outros	1.217	9.878	12.559	50.995
	<u>123.260</u>	<u>177.636</u>	<u>537.637</u>	<u>553.496</u>
PERMANENTE				
Investimentos	578.751	463.189	10.014	10.625
Imobilizado	177.185	176.180	1.863.270	1.793.606
Diferido	2.075	1.253	9.012	5.142
	<u>758.011</u>	<u>640.622</u>	<u>1.882.296</u>	<u>1.809.373</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>977.978</u>	<u>972.669</u>	<u>2.977.121</u>	<u>2.928.098</u>

2. Balanço Patrimonial – Passivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Fornecedores	26.896	41.016	181.544	177.747
Encargos de dívidas	1.953	1.038	5.316	5.029
Empréstimos e financiamentos	163.871	48.649	582.879	258.177
Debêntures	93.655	76.334	93.655	76.334
Folha de pagamento	-	-	2.141	1.652
Tributos e contribuições sociais	16.508	19.005	100.361	75.807
Parcelamento de impostos	4.681	10.599	25.594	30.749
Juros sobre o capital próprio/dividendos	5.423	6.223	10.062	8.572
Encargos do consumidor a recolher	1.562	548	8.469	3.043
Obrigações estimadas	2.261	2.161	11.016	19.981
Outras contas a pagar	4.531	6.077	40.616	49.721
	<u>321.341</u>	<u>211.650</u>	<u>1.061.653</u>	<u>706.812</u>
EXIGIVEL A LONGO PRAZO				
Fornecedores	13.188	9.788	54.379	64.389
Empréstimos e financiamentos	44.459	77.932	470.657	674.450
Debêntures	88.101	160.283	88.101	160.283
Impostos a recolher	316	232	25.546	37.848
Parcelamento de impostos	8.393	11.970	149.855	153.746
Controladores, controladas e partes relacionadas	188.763	142.942	172.775	161.597
Provisões para contingências	2.871	3.103	109.301	90.010
Provisão de déficit atuarial	-	-	39.387	36.500
Outras contas a pagar	2.871	10.731	2.996	32.408
	<u>348.962</u>	<u>416.981</u>	<u>1.112.997</u>	<u>1.411.231</u>
PARTICIPAÇÃO MINORITARIA	-	-	528.864	501.515
PATRIMONIO LIQUIDO				
Capital social	279.977	279.977	279.977	279.977
Correção monetária do capital	9.837	9.837	9.837	9.837
Ações em tesouraria	(5.653)	(5.244)	(5.653)	(5.244)
Reservas de capital	23.514	26.545	23.514	26.545
Reservas de lucros	-	32.923	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	(34.068)	(2.575)
	<u>307.675</u>	<u>344.038</u>	<u>273.607</u>	<u>308.540</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>977.978</u>	<u>972.669</u>	<u>2.977.121</u>	<u>2.928.098</u>

3 Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações em circulação)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receita operacional				
Fornecimento de energia elétrica	306.904	255.269	1.476.695	1.242.966
Suprimento de energia elétrica	4.041	108	74.795	49.972
Venda de energia - ajuste MAE	-	(1.383)	-	(1.383)
Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição	8.951	4.338	34.195	5.424
Outras Receitas Operacionais	13.235	13.869	33.462	18.972
	<u>333.131</u>	<u>272.201</u>	<u>1.619.147</u>	<u>1.315.951</u>
Deduções da receita operacional				
ICMS	62.232	53.529	291.155	237.074
PIS	3.867	4.491	20.589	23.705
COFINS	21.117	8.169	106.647	44.028
ISS	547	601	783	624
Quotas para RGR	3.807	3.751	13.586	13.126
	<u>91.570</u>	<u>70.541</u>	<u>432.760</u>	<u>318.557</u>
Receita operacional líquida	<u>241.561</u>	<u>201.660</u>	<u>1.186.387</u>	<u>997.394</u>
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo com energia elétrica	113.249	82.604	511.527	467.753
Energia elétrica comprada para revenda	102.293	77.753	425.520	401.064
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	10.956	4.851	86.007	66.689
Custo de operação	42.889	36.542	224.679	192.943
Pessoal e administradores	9.098	8.955	40.572	47.701
Entidade de previdência privada	135	142	9.414	3.782
Material	1.896	1.613	6.821	8.703
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	18.504	18.916
Serviços de terceiros	2.333	1.422	11.316	8.893
Compensação financ. p/ utilização de rec. hídricos	357	240	357	240
Conta de consumo de combustível - CCC	8.265	7.861	52.617	37.333
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.929	2.307	12.848	5.362
Depreciação e amortização	13.321	12.651	55.882	49.920
Provisões para contingências	53	201	7.150	7.251
Outras	1.502	1.150	9.198	4.842
Custo do serviço prestado a terceiros	2.485	4.184	17.183	7.758
	<u>158.623</u>	<u>123.330</u>	<u>753.389</u>	<u>668.454</u>
Lucro operacional bruto	<u>82.938</u>	<u>78.330</u>	<u>432.998</u>	<u>328.940</u>
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	10.812	9.547	63.332	29.335
Despesas gerais e administrativas	32.125	22.556	111.930	68.774
	<u>42.937</u>	<u>32.103</u>	<u>175.262</u>	<u>98.109</u>
Resultado do serviço	<u>40.001</u>	<u>46.227</u>	<u>257.736</u>	<u>230.831</u>
Receitas (despesas) financeiras				
Receita de aplicações financeiras	3.290	341	9.781	5.369
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	3.822	3.331	31.843	26.740
Encargos de dívidas	(74.025)	(84.767)	(224.840)	(241.176)
(-) Transferência para obras em curso	981	2.417	7.031	17.848
Juros sobre o capital próprio	13	1.168	(51)	(893)
Outras receitas (despesas)	(27.596)	(29.279)	(22.718)	11.676
	<u>(93.515)</u>	<u>(106.789)</u>	<u>(198.954)</u>	<u>(180.436)</u>
Ágio	(894)	(273)	(15.055)	(15.521)
Equivalência patrimonial	37.099	31.857	145	1.112
Resultado operacional	<u>(17.309)</u>	<u>(28.978)</u>	<u>43.872</u>	<u>35.986</u>
Resultado não operacional				
Receita não operacional	1.373	80.106	8.337	83.120
Despesa não operacional	4.099	34.632	7.873	37.832
	<u>(2.726)</u>	<u>45.474</u>	<u>464</u>	<u>45.288</u>
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	(20.035)	16.496	44.336	81.274
Contribuição social	-	-	(10.037)	(8.177)
Imposto de renda	-	-	(22.250)	(22.761)
Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	(20.035)	16.496	12.049	50.336
Participações de administradores	-	-	(1.052)	(1.033)
Participações minoritárias	-	-	(29.666)	(33.250)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(13)	(1.168)	51	893
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(20.048)</u>	<u>15.328</u>	<u>(18.618)</u>	<u>16.946</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações em circulação - R\$	<u>(0,153)</u>	<u>0,117</u>		

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 e 2003

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2004	2003	2004	2003
Origens de recursos				
Das operações (vide demonstração abaixo)	-	80.975	121.646	189.603
Dos acionistas				
Aumento de capital	-	20.000	-	20.000
De terceiros				
Financiamentos captados a longo prazo	18.971	25.757	82.935	135.550
Subscrição de debêntures	-	107.671	-	107.671
Contribuição de consumidores	2.123	3.953	28.774	10.958
Subvenção da União - recursos CDE	-	-	5.737	-
Dividendos de controladas	10.553	1.168	40	-
Parcelamento de impostos	-	-	-	79.950
Redução do realizável a longo prazo	-	-	57.511	-
Aumento do exigível a longo prazo	25.198	74.344	10.497	335.754
Outros	817	-	817	639
Total das origens	57.662	313.868	307.957	880.125
Aplicações de recursos				
Nas operações (vide demonstração abaixo)	5.944	-	-	-
Nos investimentos	-	45.000	38	26
No imobilizado	19.159	21.465	189.098	192.506
No diferido	1.216	405	4.615	2.189
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	148.947	144.849	457.309	332.380
Ações em tesouraria	409	-	409	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos	16.723	16.723	19.370	17.615
Aumento no realizável a longo prazo	32.659	42.744	-	125.690
Total das aplicações	225.057	271.186	670.839	670.406
Aumento (redução) do capital circulante líquido	(167.395)	42.682	(362.882)	209.719
Demonstração da variação do capital circulante líquido				
Ativo Circulante				
No início do exercício	154.411	121.281	565.229	536.779
No fim do exercício	96.707	154.411	557.188	565.229
	<u>(57.704)</u>	<u>33.130</u>	<u>(8.041)</u>	<u>28.450</u>
Passivo Circulante				
No início do exercício	211.650	221.202	706.812	888.081
No fim do exercício	321.341	211.650	1.061.653	706.812
	<u>109.691</u>	<u>(9.552)</u>	<u>354.841</u>	<u>(181.269)</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	(167.395)	42.682	(362.882)	209.719
Operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(20.048)	15.328	(18.618)	16.946
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante :				
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	35.971	48.196	29.001	28.816
Resultado de equivalência patrimonial	(37.099)	(31.857)	(145)	(1.112)
Depreciação e amortização	14.412	13.593	60.167	55.213
Amortização de ágio	894	273	15.055	15.521
Valor residual de ativos permanentes baixados	4.103	35.241	10.996	37.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	2.219	2.071
Efeitos regulatórios do Pis e Cofins	(4.478)	-	(20.992)	-
Provisão (reversão) para contingências	(232)	201	13.764	1.837
Provisão para perdas com investimentos	533	-	533	-
Participação minoritária	-	-	29.666	33.250
	<u>(5.944)</u>	<u>80.975</u>	<u>121.646</u>	<u>189.603</u>

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003**
(Em milhares de reais)

	CAPITAL											
	REALIZADO ATUALIZADO			RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS				Total
	Capital Social	Correção monetária do capital	Ações em tesouraria	Ágio na subscrição de ações	Subvenção de Investimentos	Remuneração de imobilizações em curso	Outras reservas de capital	Retenção de lucros	Legal	Lucros (prejuízos) acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2003	334.335	9.837	(5.244)	6.057	9.927	6.386	4.175	-	-	(40.040)	325.433	
Aumento de capital conforme RCA de 04/06/03	20.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000	
Redução de capital conforme AGE de 09/12/03 (*)	(74.358)	-	-	-	-	-	-	-	-	74.358	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.161)	(2.161)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.328	15.328	
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	766	(766)	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.562)	(14.562)	
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	32.157	-	(32.157)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2003	279.977	9.837	(5.244)	6.057	9.927	6.386	4.175	32.157	766	-	344.038	
Aquisição de ações tesouraria	-	-	(409)	-	-	-	-	-	-	-	(409)	
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	817	817	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.048)	(20.048)	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.031)	(13.692)	-	-	(16.723)	
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(18.465)	(766)	19.231	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2004	279.977	9.837	(5.653)	6.057	9.927	6.386	1.144	-	-	-	307.675	

(*) Vide nota explicativa nº 24

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 67 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a aproximadamente 306.256 consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A CFLCL também é controladora de outras sociedades. Os percentuais de participação e as informações sobre esses investimentos estão apresentados nas notas explicativas nºs 4, 17 e 18.

A CFLCL apresentou o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2004, nos montantes de R\$224.634 (R\$57.239 em 2003) na controladora e R\$504.465 (R\$141.583 em 2003) no consolidado, respectivamente. Em 2003, a Companhia e suas controladas deram início a um programa de reestruturação de dívidas que consistiu em: (a) alongamento das dívidas bancárias, com fornecedores, principais acionistas e tributárias, no montante aproximado de R\$600.000; (b) emissão de debêntures simples, pela CFLCL no valor de R\$130.000; (c) aumento de capital no valor de R\$20.000; (d) alienação de ativos de geração, tendo a CFLCL alienado em dezembro de 2003, sua participação societária nas Centrais Hidrelétricas Grapon S/A, detentora de duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) com capacidade instalada de 40 MW. Essa transação resultou na transferência do financiamento junto ao BNDES, referente à construção das PCHs no valor de R\$52.000 e no recebimento de R\$80.000, relativos à liquidação financeira da transação ocorrida em fevereiro de 2004. Dando prosseguimento ao programa de reestruturação de dívidas, em 30 de dezembro de 2004, foi firmado com a Brascan Energética S/A, Contrato de Promessa de Compra e Venda das Ações de Emissão da Cat-Leo Energia S/A (Catleo) detidas pela CFLCL (vide nota nº 36). Essa operação prevê a transferência de financiamentos do BNDES no montante de R\$92.000 e o recebimento de R\$158.000, sendo o preço estimado da transação da ordem de R\$250.000, o que resultaria em lucro estimado de R\$50.000. Em consequência do referido programa de reestruturação de dívidas, as agências de “rating” melhoraram a percepção de risco das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina. A SR Rating reuiu o rating corporativo da Cataguazes-Leopoldina, concedendo *upgrade* para “brA-“, e a Standard & Poors ratificou o rating de crédito corporativo em “brBBB+”. A redução das taxas básicas de juros em comparação com o exercício de 2003, contribuiu para a gradual redução dos custos financeiros das dívidas e, dessa forma, na melhoria do fluxo de caixa e do resultado operacional das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Nessa linha, já se pode constatar uma melhoria nos indicadores econômico-financeiros consolidados da Cataguazes-Leopoldina, através dos resultados positivos em todas suas subsidiárias relevantes.

Não obstante a essa evolução favorável, a Administração está empenhada na melhoria da estrutura de capital das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, buscando instrumentos que permitam reduzir ainda mais os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil, o que, juntamente com a geração de lucros, previstos nos orçamentos e projeções internas, deverão ser suficientes para adequar a sua liquidez, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos dos passivos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o “Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica”, de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a. As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b. Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;

- c. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- d. Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- e. Os investimentos em controladas foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2004 e 2003. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas CENF, CELB, Energipe e Saelpa estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou seja, CENF em 20 anos, a partir de julho de 1997; CELB em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Energipe em 30 anos, a partir de dezembro de 1997 e Saelpa, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2004, os saldos a amortizar são: CENF R\$33.696, CELB R\$80.253, Energipe R\$9.495 e Saelpa R\$301.460 e estão classificados no imobilizado para fins de apresentação no consolidado;

- f. O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota nº 19 e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.

O ágio incorporado na controlada Energipe encontra-se registrado no imobilizado consolidado e está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado da Energipe nos próximos 30 anos, homologados pela ANEEL a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo a amortizar deste ágio monta em R\$462.416 (R\$473.047 em 2003);

- g. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A controladora e suas controladas optaram por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;
- h. O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos.
- i. Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02. A CFLCL e sua controlada Energipe, por não se enquadrarem nas regras da referida Instrução, mantiveram os créditos tributários diferidos que foram registrados até 30 de junho de 2002 e a sua realização ocorrerá em conformidade com as regras da Deliberação CVM nº 273/98.
- k. As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l. As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m. Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;
- n. Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- o. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências, Planos de Aposentadoria e Pensões, Recuperação de Ágios, Ativos Fiscais e Créditos Tributários Diferidos.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes participações societárias:

	Participações societárias	
	2004	2003
Energisa S.A. ("Energisa") (1)	50,07	50,07
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo ("CENF")	59,47	59,47
Multipar S.A.	99,96	99,96
Multiagro Ltda.	66,67	66,67
Teleserv S.A.	99,10	99,10
Telecabo S.A. (2)	-	97,59
MCL Cabo S.A.	99,42	95,54
Cat-Leo Energia S.A	99,99	99,99
Cat-Leo Serviços S.A (3)	99,99	-

(1) Controladora da Energipe (99,62% do capital votante e 99,64% do capital total). A Energipe é controladora da CELB (99,13% do capital votante e 88,85% do capital total) e da Pbpert SE1 S.A (50,10% do capital votante e total) que detém o controle da Saelpa (97,55% do capital votante e 82,83% do capital total).

(2) Investimento alienado em dezembro de 2004.

(3) Empresa que recebeu em 30/11/04 ativos objetos de cisão da Cat-Leo Energia S/A, que inclui o investimento da Usina Termelétrica de Juiz de Fora S/A (50% do capital votante e total).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de 2004 e 2003, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96 e, incluem as demonstrações financeiras da controlada em conjunto, UTEJF. Por se tratar de um investimento compartilhado (cada sócio detém 50% do capital), a consolidação abrange 50% dos saldos das contas patrimoniais e de resultado dessa investida.

A reconciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da controladora e consolidado é como segue:

	2004		2003	
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Controladora	(20.048)	307.675	15.328	344.038
Lucro não realizado nas transações com controladas (principalmente venda de participações acionárias)	-	(34.068)	-	(35.498)
Realização de lucros	1.430	-	1.618	-
Consolidado	(18.618)	273.607	16.946	308.540
	=====	=====	=====	=====

5 Aplicação no mercado aberto

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				2004	2003	2004	2003
Coopemata	Depósito prazo fixo	30/03/2005	1,10% a m	110	177	110	177
Banco do Brasil	BB Fix						
	Empreendedor	Mensal	Renda fixa	6	26	50	69
Creditoreal	Depósito prazo fixo	Mensal	13,6232% a a	63	57	63	57
Bradesco	CDB	18/08/2005	98,70% do CDI	192	422	1.401	2.151
GuaraniCredi	Depósito prazo fixo	27/08/2005	100% do CDI	178	158	178	158
BNL	CDB/PÔS BNL	09/08/2006	100% do CDI	382	329	382	329
Unibanco	FIF carteira corporativa 90	15/06/2005	Renda fixa	18.873	-	18.873	-
BVA	Debêntures/BV A	01/10/2005	100% do CDI	2.745	-	2.745	1.330
BVA	Debêntures	19/07/2005	105% CDI	-	-	877	-
BVA	CDB	21/07/2005	100% CDI	-	-	1.457	-
Mercantil	CDB	03/12/2007	100% do CDI	417	246	4.637	2.703
CEF	CDB	22/12/2005	95% do CDI	5	-	898	-
Banco Santos	Debêntures	09/01/2005	100% do CDI	-	-	-	3.003
BIC Banco	CDB	09/09/2005	104% CDI	-	-	15.258	15.047
Banco Rural	CDB	18/07/2006	104% CDI	-	-	608	-
Banco Rural	CDB	31/12/2009	100% do CDI	-	-	10.054	6.293
Total				22.971	1.415	57.591	31.317

Em 31 de dezembro de 2004 todas as aplicações encontram-se disponíveis.

6 Consumidores e concessionárias

a) Controladora

Classes de consumidores	Saldos		Vencidos				Total	
	Vincendos	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2004	2003
Residencial	5.905	3.016	343	118	2	1	9.385	8.207
Industrial	5.855	1.306	1.158	1.638	2.545	1.750	14.252	8.996
Comércio, serviços e outras atividades	2.900	1.052	217	122	207	367	4.865	4.351
Rural	1.527	547	129	38	1	-	2.242	1.935
Poder público:								
Federal	11	3	2	-	1	5	22	35
Estadual	110	32	18	5	6	53	224	365
Municipal	405	116	66	18	22	193	820	1.340
Iluminação pública	544	28	106	25	4	1.156	1.863	2.048
Serviço público	678	123	105	85	30	196	1.217	1.211
Outros	-	-	-	-	-	-	4.032	4.741
Subtotal – consumidores	17.935	6.223	2.144	2.049	2.818	3.721	38.922	33.229
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	10.843	15.074
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	7.812	6.847
Total	17.935	6.223	2.144	2.049	2.818	3.721	57.577	55.150
Parcela curto prazo							45.516	38.420
Parcela longo prazo							12.061	16.730

b) Consolidado

Classes de consumidores	Saldos		Vencidos				Total	
	Vincendos	Até 30 dias	de 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2004	2003
Residencial	24.911	18.679	5.129	2.214	3.292	2.338	56.563	42.292
Industrial	24.159	3.877	1.855	2.197	3.644	14.587	50.319	47.282
Comércio, serviços e outras atividades	14.255	6.817	2.487	1.369	2.013	3.847	30.788	26.705
Rural	4.554	2.124	1.491	1.486	2.012	10.320	21.987	16.675
Poder público:								
Federal	1.669	732	564	367	516	2.295	6.143	6.485
Estadual	2.013	839	709	537	815	3.133	8.046	9.009
Municipal	2.630	1.133	785	476	641	2.251	7.916	8.492
Iluminação pública	4.587	1.306	1.900	1.780	2.969	16.774	29.316	29.451
Serviço público	5.186	308	213	176	162	722	6.767	6.341
Outros	-	-	-	-	-	-	14.887	22.676
Subtotal – consumidores	83.964	35.815	15.133	10.602	16.064	56.267	232.732	215.408
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	49.914	38.393
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	45.501	40.227
Total	83.964	35.815	15.133	10.602	16.064	56.267	328.147	294.028
Parcela curto prazo							292.699	258.195
Parcela longo prazo							35.448	35.833

(*) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos dos saldos vencidos de longa data, dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2004, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$10.843 e R\$21.620, controladora e consolidado, respectivamente, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2004, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2004. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$99, controladora e consolidado, referente aos encargos de serviços do sistema, às aquisições de energia na CCEE no montante de R\$938, no consolidado, estão demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
SalDOS a vencer	218	-	769	853
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	9.193	9.280	18.113	18.302
Créditos renegociados	-	4.197	-	5.080
Parcela em negociação	1.432	1.610	2.738	3.306
	10.843	15.087	21.620	27.541
(-) Aquisições de energia na CCEE	-	(13)	(938)	(1.344)
(-) Encargos de serviços do sistema	(99)	(51)	(99)	(71)
	10.744	15.023	20.583	26.126

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas no último dia útil do mês posterior ao fechamento do mês.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-

mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

7 Revisão tarifária periódica - consolidado

A CFLCL, CENF e a Energipe tiveram suas revisões tarifárias periódicas, conforme abaixo demonstrado:

Empresa	% de aumento	Fator Xe %	Resolução ANEEL
CFLCL	12,66	1,579	141 de 17/06/2004
CENF	18,00	1,886	142 de 17/06/2004
Energipe	35,61	0,744	103 de 20/04/2004 (*)

(*) Alterou a Resolução 199 de 16 de abril de 2003.

Os reposicionamentos tarifários, praticados a partir de 18 de junho de 2004 para a CFLCL e CENF e a partir de 22 de abril de 2003 para a Energipe foram fixados de forma provisória e encontram-se em processo de validação definitiva pela ANEEL.

Atendendo ao princípio de modicidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, definida na revisão tarifária periódica da controlada indireta Energipe, o acréscimo de receita da Parcela B resultante do reposicionamento tarifário será aplicado em parcelas anuais, na forma apresentada a seguir:

I - Em 22 de abril de 2003 as tarifas de fornecimento de energia elétrica da ENERGIPE foram reposicionadas em 29,71%, que corresponderia ao percentual resultante do cálculo do índice de reajuste tarifário anual da concessionária; e

II – A diferença do percentual de 35,61% para 29,71% será repassada juntamente com os reajustes tarifários anuais a serem homologados para os anos de 2004 a 2007. Serão acrescidos à Parcela B de cada ano, parcelas anuais no montante de R\$15.725, valor esse referenciado à data da revisão tarifária periódica da Energipe, devendo ser atualizado pela variação do IGP-M.

No entanto, através da Resolução Homologatória nº 103, de 20 de abril de 2004 (provisória), a ANEEL alterou as parcelas anuais a serem acrescidas à Parcela B, anteriormente de R\$15.725 para R\$7.768, assim sendo, o montante a ser acrescido à tarifa no período 2004 a 2007 foi reduzido de R\$62.900 para R\$31.072.

A controlada Energipe reconheceu a receita relativa a Parcela B fracionada pelo Regulador de acordo com o impacto incorrido na tarifa de cada exercício. Até 31 de dezembro de 2004, já havia incorrido o montante de R\$19.182 (R\$11.078 em 2003), registrado na rubrica “consumidores e concessionárias”, R\$12.002 no ativo circulante consolidado e R\$7.180 no realizável a longo prazo consolidado, sendo que R\$6.339 foi reconhecido no resultado do exercício como receita registrado na rubrica “fornecimento de energia elétrica” e R\$1.765 em “outras receitas financeiras”.

8 Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, de 24 de janeiro de 2002 da ANEEL, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes à partir de 31 de dezembro de 2001 assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda);
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002 a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período (perda de receita);
 b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
 c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, esses valores começaram a ser repassados aos geradores desde março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e a Resolução nº 1 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária, energia livre e Parcela A, estão demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total
Resoluções nº	480/02,481 /02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04		480/02,481 /02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04	
Valor homologado	5.041	9.351	5.095	19.487	107.418	70.781	13.667	191.866
Remunerações acumuladas	413	741	2.745	3.899	36.425	11.913	7.150	55.488
Amortizações acumuladas	(5.454)	(10.092)	(2.697)	(18.243)	(64.244)	(26.743)	(2.697)	(93.684)
SalDOS em 31/12/2003	-	-	5.143	5.143	79.599	55.951	18.120	153.670
Remunerações no ano	-	-	195	195	11.671	11.288	2.304	25.263
Amortizações no ano	-	-	(5.338)	(5.338)	(28.384)	(17.723)	(5.339)	(51.446)
Provisão para perdas	-	-	-	-	(1.571)	(632)	-	(2.203)
SalDOS em 31/12/2004	-	-	-	-	61.315	48.884	15.085	125.284
Parcela de curto prazo	-	-	-	-	23.504	25.935	-	49.439
Parcela de longo prazo	-	-	-	-	37.811	22.949	15.085	75.845

A Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, alterada pela Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, pelos seguintes prazos máximos, a partir de janeiro de 2001: CENF (64 meses); Energipe (49 meses); CELB (81 meses) e Saelpa (71 meses).

As projeções de faturamento da controlada CELB, indicam que o prazo máximo estipulado pela ANEEL, será insuficiente para a realização da Recuperação Tarifária e Energia Livre na sua plenitude.

A ANEEL, vem sinalizando que procederá a revisão dos prazos de realização para as concessionárias que demonstrem insuficiência de prazo. Por falta de ato normativo da Agência Reguladora neste sentido, a Administração da controlada CELB optou por efetuar uma provisão de perdas da RTE no montante de R\$2.203 em contrapartida de outras despesas operacionais (R\$1.571) e de baixa de obrigações com fornecedores no exigível a longo prazo (R\$632).

A administração das demais Companhias, baseada em projeções internas, espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, além de rever os prazos para recomposição da perda de receita e energia livre, homologou o montante da “Parcela A” e determinou que a recuperação dos valores desta se dará pelo mecanismo equivalente da RTE, sem considerar a limitação dos prazos acima citados.

9 Programa Emergencial - Racionamento

As despesas incorridas para implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, ocorrido em 2001 e 2002, foram homologados pela ANEEL, e estão sendo ressarcidos a partir do exercício de 2003, quando dos reajustes tarifários anuais. O saldo a amortizar estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Natureza do gasto:				
. Pessoal	1.404	1.404	4.577	4.577
. Material	34	34	234	234
. Serviços de terceiros	234	234	1.314	1.314
. Outros	10	10	79	79
Total dos gastos homologados pela Aneel	1.682	1.682	6.204	6.204
(-) Valores apropriados ao resultado (*)				
. exercício de 2003	(897)	(897)	(2.884)	(2884)
. exercício de 2004	(473)	-	(2.355)	-
(=) Saldo a apropriar (**)	312	785	965	3.320

(*) Contabilizados em despesas operacionais de acordo com a natureza de gasto.

(**) Contabilizados no Realizável a Longo Prazo na rubrica "Outros".

10 Subvenções a receber - baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na sub-classe residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência da nova classificação, a CFLCL e suas controladas procederam ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$25.548 (R\$12.800 em 2003) na controladora e R\$171.990 (R\$93.049 em 2003) no consolidado, tendo a Eletrobrás já ressarcido às Companhias a importância de R\$23.243 e R\$158.927 (R\$11.110 e R\$81.912 em 2003), controladora e consolidado, respectivamente. Esta receita está sendo custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético.

Através da Resolução Aneel nº 89 de 25 de outubro de 2004, a agência reguladora alterou a metodologia de cálculo estipulada pela Resolução nº 116 de 19 de março de 2003. Com base em dados preliminares, a Companhia e suas controladas optaram por provisionar os valores referentes ao excesso de subvenção concedida por consequência da nova metodologia de cálculo, no montante de R\$120 na controladora e R\$4.366 no consolidado.

Como consequência, em 31 de dezembro de 2004, o saldo a receber líquido referente à subvenção de consumidores baixa renda totaliza R\$2.185 (R\$1.690 em 2003) na controladora e R\$8.697 (R\$11.137 em 2003) no consolidado, estando registrados no balanço patrimonial na rubrica "Devedores diversos" no Ativo Circulante.

11 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, com atualização com base na variação do IGPM, mais juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2004, os saldos estão demonstrados como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Parcela de curto prazo	3.524	5.374	78.639	61.763
Parcela de longo prazo	7.749	6.229	37.508	35.532
Títulos de créditos a receber	11.273	11.603	116.147	97.295
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(1.199)	(991)	(37.465)	(31.004)

(*) Do montante dos Títulos de créditos a receber a Companhia e sua controladas constituíram provisão, contabilizada como parte integrante da rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" no ativo circulante.

12 Créditos renegociados - consolidado

Credora	Devedora	Crédito em 2004	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 2003
Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	19.076	103	IPCA	19.853
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	48.791	103	IPCA	51.205
Total		67.867			71.058
Parcela de curto prazo		7.904			7.810
Parcela de longo prazo		59.963			63.248

Os créditos, renegociados pela controlada Saelpa, referem-se a consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em agosto de 2003, com novas cláusulas e condições contratuais. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA.

13 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.364	3.048	22.688	32.911
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.332	497	2.554	5.544
Imposto de Renda – IRPJ	3.450	4.696	17.093	18.906
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	176	-	2.275	3.004
Contribuição do Pis e Cofins	2.134	1.175	15.752	6.001
Outros	56	31	786	594
	10.512	9.447	61.148	66.960
Parcela de Curto Prazo	8.680	8.519	46.291	53.958
Parcela de Longo Prazo	1.832	928	14.857	13.002

14 Crédito a receber de gás combustível - consolidado

O contrato de compra de gás combustível firmado pela controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (UTEJF) com a Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig estabelece que o volume de 70% do montante contratado, consumido ou não, deve ser liquidado “take-or-pay”, ficando a UTEJF com o direito de retirada desse gás durante o período de até 7 anos.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foi adiantado o montante de R\$22.154 (R\$14.228 em 2003), valores correspondentes à participação societária na controlada em conjunto, equivalentes a 163.734 mil m³ (metros cúbicos) de gás natural. Com base em projeções que prevêm a retomada da geração de energia a partir do segundo semestre de 2005, elaboradas pela Administração da UTEJF, a controlada em conjunto estima consumir o volume do gás adiantado dentro do referido período prescricional do crédito.

15 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Efeitos regulatórios da parcela de Pis e Cofins (*)				
.PIS (dezembro de 2002 a dezembro de 2004)	1.809	-	7.207	-
.COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2004)	3.270	-	16.496	-
Encargos financeiros	3.510	1.521	5.629	4.346
Conta de compensação dos custos da parcela A - CVA	9.039	6.224	41.774	20.260
Parcela compensatória	9.228	9.211	12.078	11.986
Outros	552	350	3.742	1.933
	27.408	17.306	86.926	38.525
Parcela de curto prazo	11.735	7.182	48.012	23.508
Parcela de longo prazo	15.673	10.124	38.914	15.017

(*) Em face das alterações introduzidas pelas Leis 10.833/2003 e 10.637/2002, as quais majoraram a alíquota da COFINS de 3% para 7,6% e do PIS de 0,65% para 1,65%, a CFLCL e suas controladas reconheceram neste exercício

os efeitos regulatórios da parcela de PIS e COFINS incorrida sem cobertura tarifária, contabilizados no realizável a longo prazo em contrapartida de deduções da receita operacional - Pis e Cofins, os quais foram atualizados pela variação do IGP-M. Esses valores estão em processo de homologação pela ANEEL e serão repassados às tarifas em prazo não superior a 36 meses.

16 Créditos tributários

Representam créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Em 1 de julho de 2002, a CVM publicou a Instrução nº 371/02, que estabelece novos critérios de avaliação e divulgação dos créditos fiscais diferidos. Em atendimento às disposições contidas nessa Instrução, estima-se as seguintes realizações dos créditos fiscais da controladora e consolidado:

Previsão de realização	Realizações de créditos fiscais	
	Controladora	Consolidado
2005	1.640	24.019
2006	1.260	28.296
2007	2.650	33.941
2008	3.956	36.754
2009	4.571	30.559
2010	5.435	6.093
2011	6.098	6.098
2012	6.419	6.419
2013	7.977	7.977
Total contabilizados	40.006	180.156

A controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.- UTEJF reconheceu ao longo do exercício de 2002 o crédito de imposto de renda e contribuição social, totalizando R\$9.436, correspondente a participação da Companhia nessa controlada. Os prejuízos da controlada em conjunto naquele exercício, deviam-se substancialmente ao fato de que cerca de 50% da capacidade instalada não ter sido contratada naquele exercício. A partir do exercício de 2003 a UTEJF, passou a ter contratada a totalidade de sua produção, o que, segundo estudos e projeções da administração, viabilizará a realização dos créditos fiscais constituídos. A controlada em conjunto vem apurando lucro tributável desde 2003, já tendo compensando R\$3.591 do crédito tributário registrado no ano de 2002.

Nos últimos exercícios, a CFLCL e a controlada Energipe vêm apurando prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Entretanto, somente constituíram créditos tributários incorridos até 30 de junho de 2002, de acordo com as normas previstas pela Deliberação CVM nº 273. A partir dessa data, por não se enquadrarem nas regras da Instrução CVM nº 371, deixaram de constituir créditos tributários no montante de R\$25.336 (R\$6.534 em 2003) e R\$38.703 (R\$13.980 em 2003), na controladora e consolidado, respectivamente, os quais, segundo projeções internas, estima-se serem realizados, a partir de 2013.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Imposto na demonstração do resultado	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.035)	16.496	44.336	81.274
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva	6.812	(5.608)	(15.074)	(27.633)
Ajustes:				
Itens permanentes – equivalência patrimonial	12.614	10.831	49	378
Créditos fiscais não constituídos de acordo com a Instrução CVM nº 371	(18.802)	(4.905)	(24.723)	(5.024)
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	-	-	6.552	-
Outros	(624)	(318)	909	1.341
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(32.287)	(30.938)
Crédito tributário reconhecido no balanço				
Prejuízos fiscais	49.295	35.572	165.007	148.811
Base negativa de contribuição social	16.047	10.968	53.852	47.544
Total	65.342	46.540	218.859	196.355
Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371	(25.336)	(6.534)	(38.703)	(13.980)
Total	40.006	40.006	180.156	182.375

(*) As controladas Saelpa e CELB formalizaram pleito junto a ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste (antiga Sudene) e obtiveram em 2004, a redução do imposto de renda e adicionais a partir do exercício de 2003, através dos Laudos Constitutivos da ADENE de números 112 e 113/2004 Saelpa e 094/2004 CELB.

A redução do imposto de renda e adicionais devidos pelas controladas, relativos ao exercício de 2003 e 2004, monta em R\$5.819 na Saelpa e R\$733 na CELB e foram contabilizados como Reservas de Capital no Patrimônio Líquido das controladas. O acréscimo patrimonial das controladas foi contabilizado pela CFLCL como equivalência patrimonial no resultado do exercício.

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Participações em empresas controladas/coligada	535.526	418.437	148	161
Ágio na aquisição de investimentos	33.696	34.590	-	-
Investimentos avaliados ao custo	10.062	10.162	10.399	10.464
(-) Provisão para perda na realização de investimentos	(533)	-	(533)	-
	<u>578.751</u>	<u>463.189</u>	<u>10.014</u>	<u>10.625</u>

A seguir, informações sobre as participações em empresas controladas:

	Energisa S.A.	CENF	Multipar S.A.	Multiagro Ltda.	Teleserv S.A.(1)	Mcl Cabo S.A (1)	Cat-Leo Energia S.A. (2)	Cataguazes Serv. Aéreos (3)	Cat-Leo Serviços S.A. (4)	2004	2003
Capital social	755.904	21.000	3.553	5.550	1.140	634	98.966	120	16.889		
Quantidade de ações e quotas possuídas (mil):											
Ordinárias	18.991	57.509	3.531	-	38	113	146.870	8	16.889		
Preferenciais	-	-	1	-	75	15	-	79	-		
Quotas	-	-	-	3.700	-	-	-	-	-		
Participação (%)	50,07	59,47	99,96	66,67	99,10	99,42	99,99	72,80	99,99		
Lucro (prejuízo) do exercício	17.974	5.139	417	(354)	(334)	-	23.809	35	1.241		
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	740.405	39.594	1.106	550	(2.548)	536	122.154	204	16.951		
Resultado de equivalência patrimonial	9.000	3.056	417	(236)	(331)	-	23.926	26	1.241	37.099	31.857
Investimentos	370.721	23.546	1.106	367	-	533	122.154	148	16.951	535.526	418.437

- (1) A Companhia, constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Teleserv S.A no montante de R\$2.524 (R\$2.193 em 2003), registrado em outras contas a pagar no Exigível a Longo Prazo e do investimento da MCL Cabo S.A. no montante de R\$533 contabilizado na rubrica "investimentos".
- (2) Conforme nota nº 36, o controle acionário da Cat-Leo Energia S.A., esta sendo negociado com a Brascan Energética S.A., tendo em vista que esta operação deverá estar concluída até 30 de abril de 2005.
- (3) Coligada – 20% do capital votante e 72,80% do capital total.
- (4) Em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 28 de dezembro de 2004, foi aprovada a cisão parcial dos ativos não vinculados a geração de energia elétrica da Cat Leo Energia S.A., que foram incorporados ao Patrimônio Líquido da Cat-Leo Serviços S.A.

18 Transações com partes relacionadas

Controladora:

Companhias:	2004		2003	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
.Saelpa	-	29.702	-	27.740
.Pbpart Ltda	-	50.745	-	29.853
.Pbpart SE 2 Ltda	-	43.872	-	29.301
.Energipe	-	19.959	-	29.436
.Energisa S/A	-	9.939	-	5.234
.CENF	-	9.666	-	9.940
. UTEJF	-	1.732	-	-
. Multipar S/A	-	283	86	-
.Gipar S/A	-	725	-	368
.Multisetor Ltda	-	18	-	9
.Ivan M. Botelho	-	16	-	8
. Fondelec	-	2.118	-	1.059
. The Latin America Energy and Electricity Fund I,L.P	-	2.558	-	1.279
. Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda	-	17.430	-	8.715
	-	188.763	86	142.942
Adiantamento para futuro aumento de capital:				
. Multiagro Ltda	2.249	-	1.704	-
. Teleserv S/A	13.228	-	12.749	-
. Telecabo S/A	-	-	2.072	-
. MCL Cabo S/A	-	-	470	-
. Cat-Leo Serviços S/A	28.746	-	76.186	-
	44.223	-	93.181	-
Total	44.223	188.763	93.267	142.942
Outros saldos com partes relacionadas:				
. UTEJF (*)	-	56.673	-	44.239

(*) R\$18.831 (R\$6.525 em 2003) e R\$3.961 (R\$9.788 em 2003) estão contabilizados na rubrica Fornecedores no passivo circulante e exigível a longo prazo, respectivamente. R\$33.881 (R\$10.868 em 2003) estão contabilizados na rubrica empréstimos e financiamentos no passivo circulante e R\$17.058 em 2003 no exigível a longo prazo.

A controlada Teleserv S.A. que comercializa assinatura de TV, tendo iniciado suas atividades em maio de 2001, vem apresentando resultados negativos devido ao atual nível de operações estar abaixo daquele necessário para atingir o ponto de equilíbrio de seus custos. No exercício de 2004, a Administração daquela controlada implementou um novo segmento de produto visando complementar a atividade principal de TV por assinatura. Baseada nas projeções de mercado, as quais incluem o sucesso esperado para este novo segmento operacional, a Administração avalia que a controlada Teleserv S.A. irá obter resultados positivos que irão recuperar o investimento de R\$13.228 (R\$12.749 em 2003) registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

	PASSIVO CONSOLIDADO				TOTAL	
	CFLCL	UTEJF (*)	PBPART SE1 (*)	ENERGISA	2004	2003
. Gipar S/A	725	-	-	-	725	368
. Multisetor Ltda	18	-	-	-	18	9
. Ivan M. Botelho	16	-	-	-	16	8
. UTE-JF	867	-	-	(1.116)	(249)	-
. Fondelec	2.118	-	-	-	2.118	1.059
. The Latin America Energy and Electricity Fund I,L.P	2.558	-	-	-	2.558	1.279
. Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda	17.430	17.471	132.688	-	167.589	158.874
Total	23.732	17.471	132.688	(1.116)	172.775	161.597
Outros saldos com partes relacionadas:						
. UTE-JF (**)	30.222	-	-	-	30.222	22.118

(*) Adiantamento para futuro aumento de capital

(**) R\$10.900 (R\$3.262 em 2003) e R\$2.417 (R\$4.894 em 2003) estão contabilizados na rubrica Fornecedores no passivo circulante e exigível a longo prazo, respectivamente. R\$16.940 (R\$5.434 em 2003) estão contabilizados na rubrica empréstimos e financiamentos

no passivo circulante e (R\$8.528 em 2003) no exigível a longo prazo.

Os mútuos são originários de transações comerciais e financeiras normais no curso das operações e são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2004, foi em média de CDI + 6,7% a.a exceto os saldos com os acionistas: Gipar S.A., Multisetor Ltda., Ivan Muller Botelho, Fondelec, The Latin America Energy and Electricity Fund I, L.P e Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., que se referem a dividendos retidos e estão registrados como mútuo sem a incidência de encargos financeiros.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital não sofrem a incidência de encargos financeiros.

Transações efetuadas:

Controladora:

	Saelpa	Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo	Empresa Energética de Sergipe S/A	Cat-Leo Energia S/A	Usina Term. de Juiz de Fora	CELB	PBPart Ltda	PBPart SE 2	Energis a	Total	
										2004	2005
Prestação de serviços	761	7.221	732	313	103	710	-	-	-	9.840	9.087
Energia elétrica comprada	-	-	-	(30.225)	(9.780)	-	-	-	-	(40.005)	(30.504)
Aluguel	-	48	-	-	-	128	-	-	-	176	167
Despesas financeiras	(6.734)	(1.760)	(5.886)	-	(8.677)	-	(6.899)	(6.810)	(2.041)	(38.807)	(30.961)
Custo e uso de conexão	-	401	-	535	746	-	-	-	-	1.682	1.291

Consolidado:

	<u>Gipar S/A</u>	<u>Itacatu S/A</u>	<u>Alliant Ltda</u>	<u>2003</u>
Despesas financeiras	2.364	404	7.656	<u>10.424</u>

Em 2004, não houve transações no consolidado que afetassem o resultado do exercício.

A CFLCL prestou serviços a suas controladas, referentes às áreas administrativas e de apoio. Essas operações foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado.

19 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Em serviço:				
Produção -				
Geração hidráulica	67.029	66.563	211.662	146.417
Geração termelétrica	-	-	57.399	57.140
Sistema de transmissão de conexão	15.223	13.925	23.777	22.050
Distribuição -				
Linhas, redes e subestações	262.326	253.083	1.058.767	978.968
Comercialização	3.925	3.815	16.170	15.966
Administração	29.326	27.001	93.478	88.136
	377.829	364.387	1.461.253	1.308.677
Depreciação acumulada:				
Produção -				
Geração hidráulica	(11.826)	(10.312)	(18.839)	(13.798)
Geração termelétrica	-	-	(8.352)	(5.603)
Sistema de transmissão de conexão	(1.967)	(1.592)	(2.451)	(1.867)
Distribuição -				
Linhas, redes e subestações	(107.741)	(97.083)	(399.596)	(366.971)
Comercialização	(896)	(768)	(4.299)	(3.613)
Administração	(14.015)	(11.860)	(38.763)	(32.622)
	(136.445)	(121.615)	(472.300)	(424.474)
Em curso:				
Produção -				
Geração hidráulica	5.377	4.701	96.708	92.718
Geração termelétrica	-	-	891	1.102
Geração outras	-	-	406	323
Sistema de transmissão de conexão	371	20	1.128	2.702
Distribuição -				
Linhas, redes e subestações	8.009	6.060	60.376	49.211
Comercialização	13	88	96	280
Administração	2.432	817	5.783	4.572
	16.202	11.686	165.388	150.908
Subtotal	257.586	254.458	1.154.341	1.035.111
Ágio de empresa incorporada	-	-	538.012	538.012
Ágios em empresas investidas	-	-	429.328	429.328
Amortização acumulada	-	-	(80.020)	(64.965)
Subtotal	-	-	887.320	902.375
Contribuições de consumidores	(78.992)	(76.869)	(170.931)	(142.157)
Participação da União – recursos CDE	-	-	(5.737)	-
Reserva para reversão	(1.409)	(1.409)	(1.723)	(1.723)
Obrigações vinculadas à concessão	(80.401)	(78.278)	(178.391)	(143.880)
Total	177.185	176.180	1.863.2704	1.763.606

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99,

regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União – recursos CDE, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao programa Luz para Todos.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da CFLCL e da controlada Energipe, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

As principais taxas de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)			
	Produção	Distribuição	Comercialização	Administração Central
Equipamento da tomada d'água	3,7	-	-	-
Estrutura da tomada d'água	3,7	-	-	-
Reservatório, barragens e adutoras	2,0	-	-	-
Turbina hidráulica	2,5	-	-	-
Turbina a gás	5,0	-	-	-
Gerador	3,3	-	-	-
Edificação (casa de força)	2,0	-	-	-
Chaves e banco de capacitores	-	6,7	-	-
Condutor	-	5,0	-	-
Estrutura (poste, torre)	-	5,0	-	-
Regulador de tensão	-	4,8	-	-
Transformador	-	5,0	-	-
Religador	-	4,3	-	-
Luminária	-	7,7	-	-
Edificações obras civis e benfeitorias	-	4,0	4,0	4,0
Equipamento geral	10,0	10,0	10,0	10,0
Veículos	20,0	20,0	20,0	20,0

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado, nas rubricas de produção e distribuição, os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Encargos financeiros contabilizados no resultado	74.025	84.767	224.840	241.176
(-) transferência para o imobilizado em curso	(981)	(2.417)	(7.031)	(17.848)
Efeito líquido no resultado	73.044	82.350	217.809	223.328

Ágios em investidas

Os ágios pagos nas aquisições das controladas CENF, Energipe, Saelpa e Celb, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de acordo com curvas de lucratividade projetadas para essas controladas. Em 31 de dezembro de 2004, a previsão de amortização de tais ágios é como segue:

Período de amortização	Controladora	Consolidado
2005 a 2006	2.606	44.303
2007 a 2008	3.637	59.594
2009 a 2010	5.000	67.640
2011 a 2012	6.309	80.290
2013 a 2014	6.457	83.880

2015 a 2016	6.457	85.937
2017 em diante	3.230	465.676
Total	33.696	887.320
Classificado como :		
Investimento	33.696	-
Imobilizado	-	887.320

Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52, de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas ligações para o fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras ainda não atendidas. Tal atendimento foi regulamentado pelos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou, então, a prioridade de atendimento aos municípios, estabelecendo prioridade para atendimento aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 kW.

Em 2004, a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina envidou esforços visando atender a toda a população na sua área de concessão, tendo atingido o índice de atendimento urbano de 99,98%. A expectativa é de que ao final de 2005 toda a zona urbana atendida pela Companhia esteja eletrificada.

Já nas zonas rurais da área de concessão da Companhia foram eletrificadas, em 2004, propriedades no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, elevando-se o índice de eletrificação rural para 87,98%. A expectativa é de que, através do Programa Luz para Todos, referente ao programa de universalização específico para as áreas rurais, 100% das propriedades rurais estejam eletrificadas ao final de 2006.

A universalização dos serviços de energia elétrica na área de concessão da controlada CENF deverá ser atingida em 2005, com a adesão da empresa ao programa "LUZ PARA TODOS", conforme Termo de Compromisso assinado entre a CENF, o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o índice de universalização na área atendida pela CENF é de 99,8%, sendo 98,2% na área rural e 100% nas áreas urbanas.

A controlada ENERGIPE que atende a grande parte do Estado de Sergipe, bem como as controladas Saelpa e CELB, que atendem a todo o Estado da PARAÍBA, submeteram, em setembro de 2003, à ANEEL, os respectivos Planos de Universalização de Energia Elétrica a serem implementados no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2004. Os planos para atendimento ao período compreendido entre 2005 e 2008 foram apresentados em 15 de setembro de 2004. Os planos para atendimento às unidades previstas para períodos subsequentes, deverão ser apresentados até o dia 31 de março de 2005.

A ANEEL, através da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade, publicou, em 25 de junho de 2004, a Nota Técnica 043/2004, aprovando o Plano de Universalização da CELB e, em 5 de agosto de 2004, as Notas Técnicas 099/2004 e 101/2004, aprovando os Planos da Energipe e Saelpa, respectivamente.

Paralelamente, através do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia – MME a ser operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras e das empresas que compõem o sistema Eletrobras, o Programa "LUZ PARA TODOS" - PLT, destinado a propiciar, até 2008, o atendimento com energia elétrica à toda a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço. De acordo com art. 2º do citado Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. A Portaria Ministerial nº 38, emitida em 9 de março de 2004, publicou o Manual de Operacionalização do PLT, tendo sido revogada pela Portaria nº 447, de 31 de dezembro de 2004, que aprovou a revisão do citado Manual de Operacionalização, o qual estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no referido Programa.

Foi necessário, então, compatibilizar os Planos, de forma a atender a todas as unidades existentes no meio urbano e rural, tendo em vista existirem, nos citados documentos legais, diferenças de critérios para priorização das unidades a serem atendidas.

Durante 2004, as distribuidoras mencionadas assinaram Termos de Compromissos com o Ministério de Minas e Energia - MME e com os respectivos Governos Estaduais, com a interveniência da ANEEL e da Eletrobras, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa "LUZ PARA TODOS", no que tange à origem dos Recursos Financeiros e Metas, cujos percentuais de participação, anos de conclusão dos planos, valores a serem investidos e quantidade de consumidores a serem

atendidos encontram-se abaixo:

Participações %	CFLCL	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	TOTAL
Governo Estadual	10	33	30	20	20	-
Governo Federal-CDE	41	10	50	55	55	-
Distribuidora – RGR	34	42	5	10	10	-
Distribuidora – próprios	15	15	15	15	15	-
Ano de Conclusão	2006	2005	2006	2005	2008	-
R\$ milhões a investir	17,1	1,5	85,0	10,4	162,1	276,1
Consumidores a atender	5.631	404	22.393	2.850	44.100	75.378

No que diz respeito à universalização urbana, o prazo para atendimento é mais dilatado que o previsto para a universalização rural, como destacado abaixo, sendo que os recursos a serem aplicados para o meio urbano serão, na sua totalidade, de responsabilidade das distribuidoras, cujos valores aproximados, bem como o número de consumidores a serem atendidos, são:

EMPRESAS	CFLCL	CENF	Energipe	Saelpa	CELB	TOTAL
Ano de Conclusão	2006	2005	2013	2013	2006	-
R\$ milhões a investir	8,0	-	6,0	7,5	0,3	21,8
Consumidores a atender	1.408	-	6.018	8.206	309	15.941

20 Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Custo de aquisição de softwares	2.955	1.739	10.492	6.202
Amortização acumulada	(880)	(486)	(1.480)	(1.060)
Total	2.075	1.253	9.012	5.142

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
CIRCULANTE				
Suprimento:				
Chesf	-	-	54.526	78.884
Furnas	3.272	7.600	3.272	7.600
AMPLA	-	-	1.908	3.108
Contratos Bilaterais	17.424	25.481	36.174	30.980
Energia Livre	279	2.534	31.262	20.511
Uso de rede básica	613	912	9.074	8.194
Conexão à rede	-	-	777	471
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	571	296	1.888	929
Materiais e serviços	4.638	3.647	29.474	13.681
Gasmig/Petrobrás – parcela compensatória	-	-	12.078	11.986
Outros	99	546	1.111	1.403
	26.896	41.016	181.544	177.747
LONGO PRAZO				
Suprimento:				
Contratos Bilaterais	13.188	9.788	9.723	5.973
Energia livre	-	-	27.156	40.284
Provisão constituída (*)	-	-	(632)	-
Gasmig/Petrobrás - financiamento	-	-	18.132	18.132
	13.188	9.788	54.379	64.389
TOTAL	40.084	50.804	235.923	242.136

(*) vide nota explicativa nº 8.

Parcela compensatória Gasmig/Petrobrás

O contrato para aquisição de gás natural firmado pela controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (“UTEJF”) com a Gasmig / Petrobrás prevê que a parcela compensatória, correspondente as variações cambiais anuais ocorridas entre os períodos de reajustes de preços, será repassada para tarifa do gás nos reajustes anuais subseqüentes. Da mesma forma, a legislação e normas que regulam a atuação dos produtores termelétricos inclusos no Programa Prioritário de Termoeletricidade PPT, permite que esses

produtores repassem para as tarifas de venda de energia elétrica os impactos de incremento nos custos decorrentes desta variação cambial.

De acordo com a ANEEL, os valores a serem repassados para as tarifas de energia das distribuidoras dependem de diversos aspectos destacando-se os seguintes: (a) a usina que lastreia o contrato de compra e venda de energia deve estar em operação comercial; e (b) o repasse é função, fundamentalmente, da validação dos dados por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP), como está previsto na Portaria Interministerial nº 234, de 22 de julho de 2002.

Até 31 de dezembro de 2004, a controlada em conjunto incorreu em custos, ainda não pagos, relativos à parcela compensatória devida a Gasmig / Petrobrás no montante de R\$12.078 (R\$11.986 em 2003) . Este passivo foi registrado em contrapartida com um ativo a receber das distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina, adquirentes da energia da UTEJF, que por sua vez reconheceram o passivo em contrapartida com a conta de compensação de variações da parcela A – CVA (despesas pagas antecipadamente – ativo circulante).

Conforme mencionado acima, o repasse dos custos da parcela compensatória para tarifa de energia elétrica das distribuidoras CFLCL, CENF, Energipe, Saelpa e CELB depende da validação dos cálculos por parte da ANP e homologação final da CVA por parte da ANEEL.

A Administração das companhias, baseada na legislação vigente, entende que o passivo da UTEJF registrado com a Gasmig/Petrobrás somente será pago após os reguladores ratificarem o repasse dos referidos custos para as tarifas de energia elétrica das distribuidoras.

22 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Em moeda nacional, com juros de até 7% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame, Banese e BNDES) (*)	32.519	42.869	500.507	517.852
Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	1.795	2.038	70.709	74.999
Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e variação da Finel, RGR (Eletrobrás)	13.337	13.951	21.400	24.664
Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus)	-	-	14.862	15.794
Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR e INPC(Funasa)	-	-	3.910	6.155
Em moeda nacional, com juros de 1,7% a 15,39% a.a. acima do CDI (Bancos: Mercantil, Rural, Schahin, ABC Brasil, Itaú, HSBC, BBM, Brascan, Bic Banco, Bradesco, BVA, Santos, Sofisa, Banif Primus, BMC, Pine, Fibra, Guanabara, Daycoval, Cruzeiro do Sul, Banco do Nordeste, Santander e Lemon Bank)	75.846	64.515	289.638	210.832
Em moeda nacional, c/juros de 4,5% a.a., e atualização monetária com base na variação da UMBND (BNDES)	-	-	55.527	63.885
Em moeda nacional, c/juros de 0,75% a.m. e atualização monetária com base na variação da taxa TBF (Banese)	-	-	4.406	4.402
Em moeda nacional, com juros de até 5% a.a. e atualização monetária acima Taxa Selic (Banco BNL)	2.502	3.208	2.502	3.208
Em moeda nacional, com juros de até 102,5% a.a. da variação do CDI (Banco Itaú BBA S.A.)	82.331	-	82.331	-
Total moeda nacional	208.330	126.581	1.045.792	921.791
Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 7,255% a.a. mais variação cambial (Unibanco e Banco Real)	-	-	7.744	10.836
Total	208.330	126.581	1.053.536	932.627
Parcela de curto prazo	163.871	48.649	582.879	258.177
Parcela de longo prazo	44.459	77.932	470.657	674.450

(*) Os financiamentos obtidos junto ao BNDES, incluem:

. R\$32.450 (R\$42.718 em 2003), obtido pela CFLCL para suas atividades operacionais de transmissão, distribuição e geração de energia elétrica em sua área de concessão;

. R\$54.230 (R\$52.628 em 2003), obtido pela Pbpert Ltda, para aquisição do controle acionário da CELB;

. R\$1.857 (R\$12.538 em 2003), obtido pela Pbpert SE 2 Ltda. e R\$219.336 (R\$212.880 em 2003), obtido pela Energipe, para aquisição do controle acionário da Saelpa;

. A controlada Energipe também obteve financiamentos para suas atividades operacionais junto ao BNDES, da ordem de R\$108.488 (R\$113.689 em 2003);

. R\$76.001 (R\$74.347 em 2003), obtido pela Cat-Leo Energia para financiamento da construção de cinco PCH's; e

. R\$7.785 (R\$8.199 em 2003), obtido pela controlada em conjunto UTEJF para financiamento da implantação da Usina Termelétrica a Gás Natural.

Estes financiamentos estão garantidos pelas cauções das próprias ações adquiridas e a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da CENF de propriedade da CFLCL.

Adicionalmente, os contratos firmados pela Pbpert Ltda, Energipe, Cat-Leo Energia S/A e UTEJF junto ao BNDES, possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2004, as exigências contratuais foram plenamente cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto às demais instituições financeiras estão garantidos por vinculação de parcelas das receitas da Companhia e de suas controladas. Os financiamentos obtidos junto ao Fname estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

Os contratos da Cat-Leo Energia S/A e UTEJF também prevêm a manutenção de recursos mínimos em conta de aplicação financeira vinculada ao pagamento das prestações (Cat-Leo 12 e UTEJF 1,4). Em 31 de dezembro de 2004, o saldo registrado na rubrica "Aplicações no mercado aberto" no ativo circulante era de R\$16.786 no consolidado.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2004	2003
US\$ x R\$	-8,13%	-18,23%
TJLP	9,81%	11,50%
SELIC	16,25%	23,35%
Finel	2,48%	1,70%
TR	1,82%	4,65%
CDI	16,17%	23,25%
UMBND	-7,40%	-15,69%
IGPM	12,42%	8,69%
INPC	6,13%	10,38%
TBF	15,61%	22,42%
IGPDI	12,95%	7,66%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2004	
	Controladora	Consolidado
2006	25.918	212.712
2007	10.267	129.632
2008	714	22.615
2009	714	17.765
2010	715	13.458
Após 2010	6.131	74.475
	<u>44.459</u>	<u>470.657</u>

23 Debêntures

Principais características das debêntures:

Série	3ª emissão		4ª emissão		6ª emissão	
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/08/1997	01/08/1997	08/12/1997	08/12/1997	15/07/2003	15/07/2003
Data de vencimento	01/02/2005	01/02/2006	08/12/2007	08/12/2007	06/06/2006	15/01/2008
Garantia	Flutuante	Flutuante	Real	Real	Flutuante	Flutuante
Rendimentos	TJLP +4% AA.	TJLP +4% AA.	TJLP + 5,5% AA.	TJLP + 2,5% AA.	CDI + 4,5% AA	CDI + 4,5% AA
Quantidade de títulos	3.000	2.500	663.609	1.067.696	110	20
Valor na data de emissão	30.000	25.000	33.180	53.385	1.000	1.000
Títulos em circulação	3.000	2.500	663.609	1.067.696	110	20
Amortizações/parcelas	14 semestrais	14 semestrais	5 anuais, correspondendo, a cada uma, 20% do valor nominal na data de emissão, acrescido da parcela capitalizada da TJLP e juros, vencendo a 1ª ao término do 6º ano após a emissão.		30 mensais	48 mensais
Saldos em 31/12/2004	5.387	12.280	27.690	44.475	74.901	17.023
. Parcela de curto prazo	5.387	7.967	9.358	14.979	50.179	5.785
. Parcela de longo prazo	-	4.313	18.332	29.496	24.722	11.238

As debêntures de 6ª emissão apresentam cláusulas restritivas que, em geral, estipulam a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis e de manutenção de indicadores financeiros mínimos. De acordo com os termos da Escritura da 6ª Emissão de Debêntures, o descumprimento desses índices implicará em aumento dos encargos financeiros na razão de 1% (um por cento) ao ano no trimestre seguinte que se verificar a inobservância dos indicadores. Caso a Companhia venha a regularizar os indicadores financeiros no prazo de 90 dias, a referida majoração não será devida. Em permanecendo a não observância dos indicadores, a referida majoração permanecerá por mais 90 dias e após este prazo o agente fiduciário poderá requerer o vencimento antecipado das debêntures. Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia não atingiu alguns dos índices previstos na escritura. Com base nas suas projeções financeiras, a Administração prevê a regularização dos referidos índices.

24 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, Cat-Leo, CELB e Saelpa aderiram ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A CFLCL e suas controladas Energipe, CELB e Saelpa e UTEJF, também parcelaram seus débitos fiscais de ICMS junto aos Governos Estaduais. Em 31 de dezembro de 2004, esses débitos totalizam R\$13.074 (R\$22.569 em 2003) na controladora e R\$175.449 (R\$184.495 em 2003) no consolidado, cuja liquidação está assim programada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ano		
2005	4.681	25.594
2006	1.109	21.744
2007	1.109	21.490
2008	1.109	20.876
Após 2008	5.066	85.745
Total	13.074	175.449
Parcela de curto prazo	4.681	25.594
Parcela de longo prazo	8.393	149.855

25 Patrimônio líquido - controladora

Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 51.218.232.398 ações ordinárias, 82.392.170.239 ações preferenciais classe "A" e 253.492.770 ações preferenciais classe "B", sem valor nominal. As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

O Conselho de Administração, em reunião de 25 de maio de 2000, autorizou a aquisição, para permanência em tesouraria e, posterior alienação, de até 200.000.000 ações ordinárias, 2.700.000.000 ações preferenciais classe "A" e 25.000.000 ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia. Até 31 de dezembro de 2004, foram adquiridas 173.697.043 (16.554.955 em 2003) ações ordinárias e 2.608.274.448 (2.608.274.448 em 2003) ações preferenciais classe "A", que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$5.653 (R\$5.244 em 2003).

Em 9 de dezembro de 2003, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE"), acionistas da Companhia aprovaram, por maioria, as seguintes deliberações: 1) a absorção de prejuízos acumulados pelo capital social no montante de R\$74.358, com base em balanço especial levantado em 30 de setembro de 2003, sem modificação do número de ações em que se divide o capital social; 2) a conferência às ações preferenciais, independentes da classe do direito de dividendos cumulativos nos exercícios sociais de 2003 e 2004; e 3) a possibilidade de pagamentos de tais dividendos cumulativos, no exercício em que o lucro for insuficiente, às contas de reservas de capital.

Em 30 de abril de 2004, reunidos em Assembléia Geral Ordinária ("AGO"), acionistas da Companhia aprovaram, por maioria, dentre outras deliberações as contas da administração e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2003.

Os acionistas minoritários FondElec Essential Services Growth Fund L.P e The Latin America Energy and Electricity Fund I, L.P, ambos geridos pelo FondElec Capital Advisors e a Alliant Energy Holdings do Brasil, todos signatários de "Acordo de Acionistas" arquivado nesta Companhia, promoveram várias ações e impetraram diversos recursos judiciais, tanto na Justiça Estadual, quanto na Justiça Federal, visando a suspensão dos efeitos das referidas AGE e AGO obtendo, temporariamente, a suspensão em alguns processos em 1ª instância. A Companhia e as controladoras Gipar S/A e Itacatu S/A interpuseram diversos recursos para restabelecer os efeitos das referidas AGE e AGO. Os referidos recursos foram julgados procedentes pela 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e pela 6ª Turma, pelos Desembargadores da 2ª Seção e do Órgão Especial Relatores dos mandados de segurança impetrados contra a 6ª Turma e contra o Desembargador Relator da 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, respectivamente, achando-se restabelecida, de forma integral, a eficácia das deliberações das AGE e AGO. Em setembro de 2004, o Colegiado da CVM também proferiu decisões no sentido da legalidade das mudanças societárias realizadas. Entretanto, caso as decisões finais nos processos judiciais venham a negar eficácia às deliberações dessas Assembléias, os registros contábeis delas decorrentes deverão ser revistos.

Reservas de Lucros

O estatuto social prevê a constituição de reserva legal com 5% do lucro líquido do exercício após as compensações dos prejuízos acumulados, também prevê a constituição de uma reserva estatutária com 30% do lucro líquido do exercício, limitada a 80% do capital social, destinada à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

Em 2003 a Companhia efetuou retenção de lucros da ordem de R\$32.157, para fins de aplicação nos investimentos, apresentados em orçamento de capital aprovados em Assembléia Geral.

Dividendos

Na forma do artigo 13 do estatuto social da Companhia, a Administração provisionou, no exercício de 2004, o pagamento de dividendos cumulativos no valor de R\$16.723, com recursos provenientes da reserva de lucros (R\$13.692) e reserva de capital (R\$3.031), correspondentes a R\$0,2092 por lote de mil ações preferenciais classe "A" e de R\$0,1255 por lote de mil ações preferenciais classe "B".

Ressalta-se que 68,33% do montante a ser distribuído ficará registrado no exigível a longo prazo, sob a rubrica "controladores, controladas e partes relacionadas" em face da sua subordinação à escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia.

Segue-se o cálculo dos referidos dividendos:

	Capital social	Dividendos R\$/mil ações	Dividendos	%
Ações preferenciais classe A	172.323	0,2092	17.236	10
Ações preferenciais classe B	530	0,1255	31	6
			17.267	
(-) Parcela relativa às ações em tesouraria			(546)	
			16.723	

26 Fornecimento de energia elétrica

a. Controladora

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	232.004	225.237	295.615	296.621	131.703	108.909
Industrial	3.277	3.228	299.323	315.614	68.762	60.127
Comercial	26.860	26.473	132.052	131.918	49.823	40.649
Rural	40.408	39.401	109.133	105.923	27.328	21.748
Poder público:						
Federal	44	42	307	301	118	238
Estadual	388	381	6.483	6.361	1.047	1.788
Municipal	2.406	2.362	13.655	13.397	6.497	4.175
Iluminação pública	235	223	59.055	58.712	13.151	10.465
Serviço público	503	473	30.741	31.428	7.511	6.205
Consumo próprio	131	140	2.256	2.079	-	-
Subtotal	306.256	297.960	948.620	962.354	305.940	254.304
Venda de energia – ajuste MAE	-	-	-	-	-	(1.383)
Suprimento de energia elétrica	-	-	115.479	12.806	4.041	108
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	1.169	(1.637)	964	965
Outros serviços taxados	-	-	-	-	22.186	18.207
Total	306.256	297.960	1.065.268	973.523	333.131	272.201

O fornecimento de energia elétrica apresentado acima inclui o ICMS no montante de R\$62.232 (R\$53.529 em 2003).

b. Consolidado

	Não auditado				R\$	
	Número de consumidores (*)		MWh			
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	1.553.630	1.502.933	1.756.759	1.705.403	603.940	491.057
Industrial	11.397	11.485	1.838.820	2.122.354	332.049	307.795
Comercial	132.088	130.106	877.109	858.640	281.614	224.975
Rural	117.397	106.184	327.754	303.660	60.137	46.503
Poder público:						
Federal	719	701	59.043	56.487	24.104	19.581
Estadual	7.223	7.048	92.103	88.243	27.168	22.731
Municipal	12.713	12.484	89.194	85.202	22.073	16.598
Iluminação pública	1.379	1.266	339.108	338.687	59.491	49.575
Serviço público	1.629	1.640	311.617	323.748	54.505	45.753
Consumo próprio	314	319	8.636	8.510	-	-
Subtotal	1.838.489	1.774.166	5.700.143	5.890.934	1.465.081	1.224.568
Venda de energia – estorno MAE	-	-	-	-	-	(1.383)
Suprimento de energia elétrica	7	3	792.581	585.812	74.795	49.972
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	7.493	5.537	5.275	7.429
Diferença de reajuste tarifário	-	-	-	-	6.339	10.900
Outros serviços taxados	-	-	-	-	67.657	24.465
Total	1.838.496	1.774.169	6.500.217	6.482.283	1.619.147	1.315.951

(*)Somatório de consumidores da CFLCL, Energipe, CELB, Saelpa e CENF.

O fornecimento de energia elétrica apresentado acima inclui o ICMS no montante de R\$291.155 (R\$237.074 em 2003).

27 Gastos Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

NATUREZA DO GASTO	CONTROLADORA						TOTAL	
	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS				
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2004	2003	
Energia elétrica comprada para revenda	102.293	-	-	-	-	102.293	77.753	
Encargo de uso sist. de transm. e distribuição	10.956	-	-	-	-	10.956	4.851	
Pessoal e administradores	-	9.098	853	2.539	13.668	26.158	25.234	
Entidade de previdência privada	-	135	-	33	169	337	357	
Material	-	1.896	591	639	905	4.031	3.297	
Serviços de terceiros	-	2.333	719	1.579	12.877	17.508	9.712	
Compensação financ. P/ utilização de rec. Hídricos	-	357	-	-	-	357	240	
Depreciação e amortização	-	13.321	-	131	960	14.412	13.593	
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	4.345	-	4.345	3.374	
Provisões para contingências	-	53	-	-	(285)	(232)	201	
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	5.929	-	-	-	5.929	2.307	
Quota de consumo de combustível - CCC	-	8.265	-	-	-	8.265	7.861	
Outras	-	1.502	322	1.546	3.831	7.201	6.653	
	113.249	42.889	2.485	10.812	32.125	201.560	155.433	

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2004	2003
	Energia elétrica comprada para revenda	425.520	-	-	-	-	425.520
Encargo de uso sist. de transm. e distribuição	86.007	-	-	-	-	86.007	66.689
Pessoal e administradores	-	40.572	8.121	20.417	45.013	114.123	93.527
Entidade de previdência privada	-	9.414	25	2.402	2.367	14.208	3.666
Material	-	6.821	4.865	4.438	1.546	17.670	14.546
Combustível para produção de Energia Elétrica	-	18.504	-	-	-	18.504	18.916
Serviços de terceiros	-	11.316	4.134	9.491	39.392	64.333	49.272
Compensação financ. P/ utilização de rec. Hídricos	-	357	-	-	-	357	240
Depreciação e amortização	-	55.882	38	274	3.973	60.167	55.213
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	19.420	-	19.420	(2.032)
Provisões para contingências	-	7.150	-	-	6.614	13.764	1.837
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	12.848	-	-	-	12.848	5.362
Quota de consumo de combustível - CCC	-	52.617	-	-	-	52.617	37.333
Outras	-	9.198	-	6.890	13.025	29.113	20.930
	511.527	224.679	17.183	63.332	111.930	928.651	766.563

28 Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$1.483 (R\$1.618 em 2003), na controladora, R\$6.879 (R\$4.933 em 2003) no consolidado, referentes a remuneração dos administradores.

29 Provisões para contingências

a) Controladora

Contingência	2004			2003		
	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Longo Prazo:						
Trabalhistas	465	1.170	499	(73)	705	474
Cíveis	(393)	1.101	-	279	1.494	-
Fiscais	(304)	600	-	(5)	904	-
TOTAL	(232)	2.871	499	201	3.103	474

A reversão da provisão no montante de R\$232 e o acréscimo da provisão no montante de R\$201 em 2003, estão contabilizados em "Provisão para contingências".

b) Consolidado

Contingência	2004			2003		
	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados	Valor da Provisão		Cauções e depósitos vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Longo Prazo:						
Trabalhistas	12.586	49.993	49.521	4.185	37.407	30.849
Cíveis	4.629	36.573	6.584	2.187	31.944	4.115
Fiscais	2.076	22.735	4.128	(19.090)	20.659	4.419
TOTAL	19.291	109.301	60.233	(12.718)	90.010	39.383

No exercício de 2004, do montante de R\$19.291 de acréscimo de provisão, R\$5.527, está contabilizado em "Outras despesas financeiras" e R\$13.764 em "Provisão para contingências".

Em 2003, R\$14.449, foram reclassificados para a conta "Tributos e contribuições sociais" no Exigível a Longo Prazo, R\$106 como estorno de atualização contabilizado em "Outras despesas financeiras" e R\$1.837 de acréscimo em "Provisão para contingências."

. Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2004, foi efetuada análise específica dos processos trabalhistas em andamento por assessoria jurídica independente e, em consequência disto, constatou-se a necessidade de provisão adicional para cobrir prováveis perdas. A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

. Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia e suas controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor do diferencial pago à época.

. Fiscais

Refere-se basicamente a provisão de COFINS, sendo certo que, além desse tributo, as contingências fiscais da CELB envolvem discussões relacionadas, basicamente, a INSS, PIS/PASEP, ISS, ICMS e CSLL. Referidos processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota para a CFLCL e suas controladas.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$615 (R\$129 em 2003), na controladora e R\$23.457 (R\$21.258 em 2003) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

ICMS de subvenções de baixa renda

O convênio Confaz 79/04, publicado no DOU de 30 de setembro de 2004, autoriza aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba, entre outros, a dispensar de multas e juros relativos ao ICMS sobre a subvenção econômica concedida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda do período de 01 de maio 2002 até 31 de dezembro 2004 (Minas Gerais) e 31 de agosto de 2004 (Rio de

Janeiro e Paraíba). O Estado de Sergipe, não foi signatário do referido convênio. Baseado na opinião de seus consultores jurídicos, que classificam a causa como êxito possível, a Administração não constituiu provisão sobre essa contingência. Há que se ressaltar, que por prudência, a CFLCL e CENF passaram a incidir o ICMS sobre a subvenção econômica dos consumidores baixa renda a partir do faturamento de novembro de 2004 e a Saelpa e Celb a partir de dezembro 2004. A Administração vem mantendo contatos com os Governos Estaduais visando a desobrigação do recolhimento do ICMS do período retroativo. Apresentamos a seguir os valores do ICMS não recolhido por empresa do Sistema Cataguazes Leopoldina.

Empresa	período	ICMS
CFLCL	05/2002 a 10/2004	1.835
CENF	05/2002 a 10/2004	491
Saelpa	05/2002 a 11/2004	11.885
Celb	05/2002 a 10/2004	1.924
Energipe	05/2002 a 12/2004	7.141
total		23.276

Procedimento Arbitral

Em 16 de janeiro de 2004 a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. ("Requerente") solicitou à International Court of Arbitration ("ICC") a instalação de procedimento arbitral contra a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina e suas controladoras Gipar S.A. e Itacatu S.A., a fim de obter a declaração de invalidade dos votos proferidos na AGE de 9 de dezembro de 2003. Em 1 de julho de 2004 a Requerente incluiu no pedido a indenização do valor do ágio que afirma ter pago pelo Acordo de Acionistas na CFLCL, Energisa e na Pupart SE 1, no montante estimado de R\$908.000.

Foi realizada audiência na semana de 14 a 18 de fevereiro de 2005 e concedido às partes apresentação de memoriais até o dia 5 de abril de 2005. A Administração, com base na análise de seus consultores jurídicos, entende que a possibilidade de perda é possível.

30 Cobertura de seguros

A política de Seguros da Companhia e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas pela Administração suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as controladas sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

RAMOS	DATA DE VENCIMENTO	COBERTURA SECURITÁRIA	PRÊMIO ANUAL PAGO	
		CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Riscos nomeados:				
Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto, Riscos Diversos e Equipamentos Móveis..	23/10/2005	17.555	188	562
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2005	14.640	119	589
Automóveis - Danos Materiais e Corporais	23/10/2005	até R\$200 mil/veículo	57	268
Aeronáutico - Responsabilidade Civil (RETA)	23/10/2005	156	1	1
Aeronáutico -Casco/LUC	23/10/2005	88.892	199	199
Vida em Grupo - Morte a Acidentes Pessoais	1/12/2005	105.676	122	366
			686	1.985

31 Instrumentos financeiros (Instrução CVM n.º 235/95)

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da CFLCL e suas controladas.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes às operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, estão compatíveis com o valor efetivo de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro. A CFLCL e suas controladas não têm financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação. Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os valores de mercado.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da CFLCL e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a CFLCL e suas controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade de perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. No exercício de 2004, a CFLCL, visando assegurar que oscilações não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui operações de "swap" cambial no valor nominal total contratado de 17,5 milhões de dólares com encargos da variação cambial acrescido de juros de até 3% a.a.. O Referido "swap" limitava o encargo financeiro desses contratos à variação do CDI, acrescido de 2,5% a.a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foi apurado um resultado negativo nas operações de "swap" cambial no montante de R\$2.292, contabilizado no resultado financeiro. As controladas não operaram com derivativos no exercício.

Taxa de Juros

Possibilidade de a CFLCL e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A CFLCL e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a CFLCL e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

32 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, Saelpa e CELB são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CFLCL e CENF) e de benefício definido (Energipe, Saelpa e CELB). Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2004	2003		2004	2003
CFLCL	Cat-Leo	482	504	2,10	-	-
CENF	Cat-Leo	15	9	2,10	-	-
Energipe	Inergus	1.815	1.503	7,53	(**) (25.507)	(**) (20.272)
Saelpa	Funasa	4.275	3.672	13,80	(**) (27.426)	(**) (24.355)
CELB	(*)	130	123	3,40	837	730

(*) administrado pelo BB Previdência

(**) No consolidado, R\$13.546 (R\$8.127 em 2003), foram contabilizados no passivo circulante em "outras contas a pagar", R\$39.387 (R\$36.500 em 2003) no exigível a longo prazo.

O Superávit referente ao plano da CELB não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pelo Inergus e Funasa, o qual emitiu pareceres datados de 7 e 2 de março de 2005, respectivamente, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração das Fundações.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, de acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação 371 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	Inergus		Funasa		CELB	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Valor presente das obrigações atuariais	(79.304)	(77.270)	(98.354)	(102.036)	(1.649)	(2.739)
Valor justo dos ativos do plano	32.370	29.892	47.966	50.671	3.100	2.598
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(46.934)	(47.378)	(50.388)	(51.365)	1.451	(141)
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	21.427	27.106	22.962	27.010	(614)	871
Superávit (déficit) líquido	(25.507)	(20.272)	(27.426)	(24.355)	837	730

Demonstração das despesas para o exercício de 2005, segundo critérios da Deliberação 371 da CVM:

	Inergus	Funasa	Celb
Custo do serviço corrente	1.509	1.554	146
Custo dos juros	8.407	10.378	181
Rendimento esperado do ativo do plano	(3.399)	(5.052)	(341)
(Ganhos) ou Perdas atuarias não reconhecidas	810	722	(11)
Contribuições dos empregados	(823)	(560)	(90)
Despesas previstas para 2005	6.504	7.042	(115)

Demonstração da movimentação do passivo da patrocinadora líquido do exercício:

	<u>Inergus</u>	<u>Funasa</u>	<u>Celb</u>
(Ativo) Passivo atuarial líquido no início do exercício	20.272	24.355	(730)
Despesas correntes	7.050	7.346	23
Contribuições da Companhia	(1.815)	(4.275)	(130)
(Ativo) Passivo atuarial líquido do final do exercício	<u>25.507</u>	<u>27.426</u>	<u>(837)</u>

Em 31 de dezembro de 2004 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	<u>Inergus</u>	<u>Funasa</u>	<u>Celb</u>
Valor justo dos ativos no início do exercício	29.892	50.671	2.598
Benefícios pagos	(5.940)	(7.765)	(65)
Contribuições de participantes vertidas no ano	796	617	83
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	1.815	4.275	130
Rendimento efetivo dos ativos	5.807	168	354
Valor justo dos ativos	<u>32.370</u>	<u>47.966</u>	<u>3.100</u>

Demonstração dos passivos atuariais:

	<u>Inergus</u>	<u>Funasa</u>	<u>Celb</u>
Saldo no início do exercício	77.270	102.036	2.739
Benefícios pagos no ano	(5.940)	(7.765)	(65)
Juros sobre obrigação atuarial	8.468	11.119	305
Custo do serviço corrente (com juros)	1.505	1.269	88
Ganhos nas obrigações atuariais	(1.999)	(8.305)	(1.418)
Saldo no final do exercício	<u>79.304</u>	<u>98.354</u>	<u>1.649</u>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

	Energipe	Saelpa	Celb
Taxa de desconto atuarial	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	11% a.a.	11% a.a.	11% a.a.
Reajuste do benefício	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Crescimento salarial	0,5% a.a.	0,5% a.a.	0,5% a.a.
Inflação projetada	5% a.a.	5% a.a.	5% a.a.

Hipóteses Demográficas

	Energipe	Saelpa	Celb
Tábua de mortalidade	UP-84	UP-84	UP-84
Tábua de mortalidade de inválidos	CS058	IAPC	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57	IAPB-57	Álvaro Vindas

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energipe, CELB e Saelpa aos seus empregados:

Descrição	Energipe	Saelpa	Celb
Participantes Ativos			
Número	847	637	74
Idade Média	35.05	43.73	39.35
Tempo de participação (anos)	9.71	19.50	7
Salário de Participação Médio	R\$1.800	R\$1.623	R\$1.859
Participantes Assistidos			
Número	314	477	5
Idade Média	58.23	63.59	60.20
Benefício Médio Mensal	R\$1.206	R\$1.105	R\$954
Pensionistas			
Número de Pensionistas	109	171	3
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$747	R\$458	R\$204

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 22, as respectivas patrocinadoras têm contratos

firmados com o Inergus e Funasa relacionados a financiamentos junto a estes planos.

33 Resultado não operacional

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receita				
Venda de ativos:				
. Ações das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A	-	79.957	-	79.957
. Impostos incidentes	-	(1.319)	-	(1.319)
Ganho na desativação	751	770	7.585	3.615
Outros	622	698	752	867
Total	1.373	80.106	8.337	83.120
Despesa				
Custo das ações alienadas:				
.Ações das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A	-	33.390	-	33.390
.Ações de investimentos alienados	2.325	-	2.325	-
Provisão para perda na realização de investimentos	533	-	533	-
Perda na desativação	512	1.168	3.119	4.235
Outros	729	74	1.896	207
Total	4.099	34.632	7.873	37.832

Em 24 de dezembro de 2003, foi assinado, em caráter irrevogável e irretroatável, com a Brascan Energética e Brascan Natural Ressources S/A, o Contrato de Compra e Venda de Ações das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A (controlada 100% da CFLCL). Essa operação resultou em uma receita de venda no valor de R\$79.957 e um lucro não operacional no exercício de 2003, líquido dos custos contábeis dos ativos vendidos (R\$33.390) e dos impostos incidentes (R\$1.319), no valor de R\$45.248.

Em 20 de fevereiro de 2004, foi realizada a liquidação financeira do referido contrato.

34 Concessão do serviço público de energia elétrica

A CFLCL e suas controladas assinaram com a ANEEL contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica, renováveis pelo mesmo prazo de concessão, com as seguintes características:

Empresa	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
CFLCL	18/06/1999	20 anos	07/07/2015
CENF	18/06/1999	20 anos	07/07/2015
Energipe	23/11/1997	30 anos	23/11/2027
CELB	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
Saelpa	15/01/2001	30 anos	15/01/2031

35 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.306/2004 – SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular n.º 838/2000 da ANEEL, apresenta-se as demonstrações dos resultados de atividades de geração, distribuição e da atividade atípica - participação societária permanente:

	2004			2003	
	Não auditado		Total	Total	
	Geração	Distribuição	Ativ. Atípica		
Receita operacional					
Fornecimento de energia elétrica	21.680	285.224	-	306.904	255.269
Suprimento de energia elétrica	-	4.041	-	4.041	108
Venda de energia - ajuste MAE	-	-	-	-	(1.383)
Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição	-	8.951	-	8.951	4.338
Outras Receitas Operacionais	680	12.555	-	13.235	13.869
	22.360	310.771	-	333.131	272.201
Deduções da receita operacional					
ICMS	-	62.232	-	62.232	53.529
PIS	369	3.498	-	3.867	4.491
COFINS	1.961	19.156	-	21.117	8.169
ISS	39	508	-	547	601
Quotas para RGR	1.646	2.161	-	3.807	3.751
	4.015	87.555	-	91.570	70.541
Receita operacional líquida	18.345	223.216	-	241.561	201.660
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	-	113.249	-	113.249	82.604
Energia elétrica comprada para revenda	-	102.293	-	102.293	77.753
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	-	10.956	-	10.956	4.851
Custo de operação	3.940	38.949	-	42.889	36.542
Pessoal e administradores	936	8.162	-	9.098	8.955
Entidade de previdência privada	-	135	-	135	142
Material	212	1.684	-	1.896	1.613
Serviços de terceiros	272	2.061	-	2.333	1.422
Compensação financ. p/utilização de rec. hídricos	357	-	-	357	240
Conta de consumo de combustível - CCC	-	8.265	-	8.265	7.861
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	5.929	-	5.929	2.307
Depreciação e amortização	1.889	11.432	-	13.321	12.651
Provisão para contingências e devedores duvidosos	-	53	-	53	201
Outras	274	1.228	-	1.502	1.150
Custo do serviço prestado a terceiros	560	1.925	-	2.485	4.184
	4.500	154.123	-	158.623	123.330
Lucro operacional bruto	13.845	69.093	-	82.938	78.330
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	-	10.812	-	10.812	9.547

Despesas gerais e administrativas	2.951	29.174	-	32.125	22.556
	2.951	39.986	-	42.937	32.103
Resultado do serviço	10.894	29.107	-	40.001	46.227
Receitas (despesas) financeiras					
Receita de aplicações financeiras	-	3.290	-	3.290	341
Varição monetária acrésc moratório energia vendida	-	3.822	-	3.822	3.331
Encargos de dívidas	-	(12.936)	(61.089)	(74.025)	(84.767)
(-) Transferência para obras em curso	-	981	-	981	2.417
Juros sobre o capital próprio	-	-	13	13	1.168
Outras receitas (despesas)	-	(27.755)	159	(27.596)	(29.279)
	-	(32.598)	(60.917)	(93.515)	(106.789)
Ágio	-	-	(894)	(894)	(273)
Equivalência patrimonial	-	-	37.099	37.099	31.857
Resultado operacional	10.894	(3.491)	(24.712)	(17.309)	(28.978)
Resultado não operacional					
Receita não operacional	-	1.372	1	1.373	80.106
Despesa não operacional	-	828	3.271	4.099	34.632
	-	544	(3.270)	(2.726)	45.474
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda e da reversão dos juros sobre o capital próprio					
	10.894	(2.947)	(27.982)	(20.035)	16.496
Contribuição social	(628)	1.783	(1.155)	-	-
Imposto de renda	(1.731)	4.915	(3.184)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido antes da reversão dos juros sobre o capital próprio					
	8.535	3.751	(32.321)	(20.035)	16.496
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	(13)	(13)	(1.168)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.535	3.751	(32.334)	(20.048)	15.328

36 Eventos subsequentes

1. Alienação de ativos

A Administração da Companhia, por fato relevante publicado em 30 de dezembro de 2004, informou ao mercado ter firmado com a Brascan Energética S/A Contrato de Promessa de Compra e Venda das Ações de Emissão da Cat-Leo Energia S/A (Catleo) detidas pela CFLCL.

A operação prevê a implementação de cisão da Catleo, de modo que remanesçam em seu patrimônio, dentre outros elementos, as seis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) detidas pela Catleo, totalizando a potência instalada de 76,1 MW, bem como os financiamentos do BNDES pertinentes as PCHs, no montante

de R\$ 92.000. Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em de 23 de dezembro de 2004, os acionistas da Catleo aprovaram a cisão acima referida.

O preço aproximado da transação é de R\$250.000, sendo R\$158.000 atribuídos ao valor da alienação das ações, sujeito aos ajustes das variações patrimoniais. O lucro desta operação é estimado em R\$50.000.

O Contrato prevê a verificação de determinadas condições que, caso não fossem cumpridas até a data de 28 de fevereiro de 2005, as partes ficaram liberadas do compromisso de compra e venda firmado sem que pudessem reclamar uma da outra quaisquer indenizações ou reparações de qualquer natureza. Em 1 de março de 2005, as partes firmaram documento de prorrogação por até 60 dias para a celebração do instrumento definitivo de compra e venda, com o intuito de concretizar a totalidade das condições previstas no Contrato de Promessa de Compra e Venda.

2. Arbitragem da Cat-Leo

Em meados de 2004, o acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda (Alliant), signatária de “Acordo de Acionistas” arquivados nesta companhia, deu início a um procedimento de arbitragem contra a controlada Cat-Leo Energia S/A (Catleo), tendo como objetivo os investimentos na Usina Termelétrica de Juiz de Fora (UTEJF).

Em janeiro de 2005, a Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI proferiu decisão no referido procedimento arbitral determinando que a Catleo adquira a participação de 50% do capital total da UTEJF de titularidade da Alliant pelo valor histórico aproximado de R\$18.300, conforme capital subscrito e integralizado entre dezembro de 2000 e outubro de 2002, com juros e correção monetária. A Administração da Catleo não concorda com os termos e cálculos do laudo e recorreu da decisão arbitral, estando também analisando as medidas cabíveis para reformar essa decisão. A Administração, com base na análise de seus consultores jurídicos, entende que a possibilidade de êxito é possível.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina
Cataguases – MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e controladas (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 224.634 mil (R\$ 57.239 mil em 2003) e R\$ 504.465 mil (R\$ 141.583 mil em 2003), controladora e consolidado, e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas”, “empréstimos e financiamentos” e “debêntures”, no montante de R\$ 392.039 mil (R\$ 364.236 mil, em 2003) e R\$ 1.240.608 mil (R\$ 1.174.273 mil, em 2003), controladora e consolidado, que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações individuais e consolidadas dos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, prosseguindo com o programa de reestruturação de dívidas iniciado em 2003, a Administração começou o processo de venda de sua investida Cat-Leo Energia S.A. (“Cat-Leo”) que opera em geração de energia. Esta operação, quando concluída, irá gerar um acréscimo de caixa da ordem de R\$ 158.000 mil e uma redução do endividamento de cerca de R\$ 92.000 mil. Além disso, a Administração também vem negociando junto aos bancos alternativas de financiamentos a um custo financeiro menor que os atualmente contratados. Na avaliação da Administração, a confirmação dessas negociações, associada à existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia e controladas, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e seus respectivos encargos financeiros.

5. Conforme detalhado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2004 a Companhia não tinha conseguido atingir certos indicadores financeiros mínimos que estão previstos na 6ª emissão de debêntures. As cláusulas contratuais prevêm que durante o prazo de até 180 dias a penalidade nesta situação corresponde a um acréscimo de 1% a.a. nos encargos financeiros e, após o referido prazo, o agente fiduciário poderá requerer o vencimento antecipado das debêntures. A Administração da Companhia, baseada em projeções internas que incluem as finalizações positivas das negociações de venda de ativos e alternativas de financiamentos junto aos bancos, mencionadas no parágrafo 4, espera regularizar os referidos indicadores antes do prazo limite que exige o vencimento antecipado das debêntures.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em decorrência da revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a ANEEL fixou o reposicionamento tarifário, em caráter provisório, da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e de suas controladas Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (“CENF”) e Empresa Energética de Sergipe S.A. (“Energipe”), resultando em aumento de 12,66%, 18,00% e 35,61%, respectivamente, aplicáveis sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 18 de junho de 2004 para a Companhia e a CENF e a partir de 22 de abril de 2003 para a Energipe. Em 31 de dezembro de 2004, o citado reposicionamento tarifário continua em processo de validação para homologação definitiva pela ANEEL e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras não contemplam eventuais ajustes que poderão resultar dos reposicionamentos tarifários definitivos da Companhia e de suas controladas.
7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia possui créditos no montante de R\$ 13.228 mil (R\$ 12.749 mil em 2003) referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) concedidos à controlada Teleserv S.A. que, devido ao atual nível de suas operações, iniciadas em meados de 2001, vem apresentando prejuízos nos últimos exercícios. A controlada implementou em 2004 um novo produto que objetiva complementar sua atividade principal de negócios e a Administração, baseada nas projeções que incluem o sucesso deste novo produto, avalia que a controlada irá obter a lucratividade necessária para recuperar o investimento registrado como AFAC pela Companhia.
8. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 25 e 29 às demonstrações financeiras, determinados acionistas não controladores ingressaram em juízo questionando os efeitos da Assembléia Geral Extraordinária – AGE de 9 de dezembro de 2003 que, dentre outras, deliberou a redução do capital social no montante de R\$ 74.358 mil, com absorção de prejuízos do exercício em curso e acumulados. Posteriormente, um destes acionistas, signatário do acordo de acionistas da Companhia, solicitou à International Court of Arbitration (“ICC”) a instalação de procedimento arbitral contra a Companhia e seus controladores diretos, a fim de obter a declaração de invalidade dos votos proferidos na referida AGE. A este procedimento arbitral, o referido acionista incluiu um pedido de indenização no montante de R\$908.000 mil, para o qual a Administração, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, estima que a expectativa de êxito seja possível e, portanto, não foi constituída provisão para contingências. Caso a decisão judicial final do processo judicial venha negar os efeitos da AGE, os registros contábeis referentes à redução de capital reconhecida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2003 e mantidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2004 poderão ter que ser revistos.
9. Conforme mencionado na nota explicativa nº 36 às demonstrações financeiras, um dos acionistas não controladores, signatário do acordo de acionistas da Companhia, deu início a um procedimento arbitral junto à International Court of Arbitration (“ICC”) contra a controlada Cat-Leo Energia S.A. – “Cat-Leo”, objetivando o ressarcimento do investimento realizado na sua controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora - “UTEJF” e a sua retirada como investidor daquela controlada

em conjunto. A Companhia e sua controlada Cat-Leo aguardam a decisão da Corte de Arbitragem, que poderá requerer a aquisição de 50% do capital total da UTEJF. Os assessores jurídicos consideram o êxito na ação possível e a administração não constituiu nenhuma provisão relacionada a este procedimento arbitral.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2005

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/S-MG

Iara Pasian
Contadora
CRC n° 1 SP 121517-3/S-MG